

CADERNOS

DCP

Nº 8

Número Conjunto

Revista  
do Departamento  
de História  
Nº 10



100 ANOS

DE REPUBLICA

Departamento de História  
Departamento de Ciência Política  
FAFICH/UFMG  
Apoio CNPQ



**Revista do  
Departamento de História**

**Nº 10**

**Cadernos DCP - Nº 8**

**NÚMERO CONJUNTO**

**Departamento de História  
e  
Departamento de Ciência Política  
FAFICH/UFMG  
Apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento  
Científico e Tecnológico - CNPq  
1990**

**REITORA DA UFMG**

Profa. Vanessa Guimarães Pinto

**DIRETORA DA FAFICH/UFMG**

Prof. Paulo Roberto Saturnino

**VICE DIRETOR**

Prof. Túlio Mourão

**CHEFE DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Prof. Daniel Valle Ribeiro

**CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

Prof. Sérgio de Azevedo

**CONSELHO EDITORIAL**

Prof. Douglas Cole Libby (ed.)

Prof. José Clóvis Machado (ed.)

Profa. Regina Horta Duarte

Profa. Lucília de Almeida Neves Delgado

Prof. Domingos Antônio Giroletti

Prof. Luiz Aureliano Gama de Andrade

**Revisão dos autores**

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

APOIO: CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa

**PRODUÇÃO GRÁFICA**

Mazza Edições, a partir de composição fornecida.

**MONTAGEM**

Joyce Lamaita Perim

## SUMÁRIO

**APRESENTAÇÃO, 1**

Leônidas Prates Lafeté

**REPÚBLICA, 1889/1989, 4**

Francisco Iglésias

**AUTORITARISMO E DEMOCRACIA NA REPÚBLICA BRASILEIRA, 17**

Fábio W. Reis

**REPÚBLICA E TRABALHO NO REGISTRO DA BURGUESIA, 28**

Eliana Regina de Freitas Dutra

**O BARÃO DA RALÉ – A POLÍTICA DE PONTA-CABEÇA, 40**

Delsy Gonçalves de Paula

Heloísa M. Murgel Starling

**O INÍCIO DAS MUDANÇAS, 56**

Ademir Gebara

**CONVERSA COM LUIZ CARLOS PRESTES, 64**

Lucília de Almeida Neves Delgado

**A REPÚBLICA DO TRABALHO: A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR-CIDADÃO EM MINAS GERAIS NO ALVORECER DO SÉCULO XX, 79**

Luciano Mendes de Faria Filho

**EMPRESARIADO E POLÍTICA EM MINAS GERAIS, 93**

Otávio Soares Dulci

**A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA EM MINAS: COMENTÁRIOS SOBRE OS DEPOIMENTOS DE ANTÔNIO OLINTO DOS SANTOS PIRES, 125**

Sheila Brandão Baggio

**"MONARQUIA E PRIMEIRA REPÚBLICA: A NATUREZA DO PACTO DE DOMINAÇÃO SEGUNDO INTERPRETAÇÕES CORRENTES NA HISTORIOGRAFIA", 132**

Vera Alice Cardoso Silva

**EM BELO HORIZONTE OPERÁRIOS VESTEM CAMISAS VERDES?, 151**

Yonne de Souza Grossi

Maria Auxiliadora Faria

# EMPRESARIADO E POLÍTICA EM MINAS GERAIS

Otávio Soares Dulci

Prof. Depto. Sociologia e Antropologia

FAFICH - UFMG

## RESUMO

O artigo aborda a questão do papel político do empresariado com referência ao caso de Minas Gerais. Apresenta, inicialmente, uma revisão do problema na bibliografia brasileira, passando em seguida à bibliografia mineira. O desenvolvimento industrial de Minas é comumente atribuído à ação do Estado e de sua tecnocracia, devido à suposta ausência de um empresariado regional ativo. Todavia, estudos recentes indicam que o empresariado mineiro tem sido subestimado como ator político. Colocando-se na perspectiva desses estudos, o autor explora alguns aspectos do tema cujo tratamento empírico permite evidenciar a relação entre o empresariado, a política e o Estado: a presença de empresários em cargos governamentais; o intercâmbio de quadros entre o setor público e o setor privado; a conexão empresariado/partidos políticos; a atuação corporativa da classe empresarial; e as origens sociais e núcleos de formação de suas elites.

## ABSTRACT

*The article deals with the problem of the political role of the entrepreneurial class. The Brazilian debate on this subject is reviewed in order to analyze the Minas Gerais experience. The industrial development of Minas Gerais is often viewed as corresponding to a state-led model, given the alleged absence of an active regional bourgeoisie. Yet some recent studies have shown that the Minas' entrepreneurs have been largely underestimated as political actors. The author discusses some aspects the empirical treatment of which provides evidence of the connection entrepreneurs/politics and state: the presence of entrepreneurs in governmental posts; the interchange of high cadres between the public and the private sector; the relationship between entrepreneurs and the political parties; the corporative action of the entrepreneurial class; its social origins; and the influence of educational centers in shaping economic elites.*

O tema da relação entre o empresariado, o Estado e a política vem ocupando crescente atenção no Brasil. É natural que assim seja, pois, à medida que se constitui um sistema capitalista moderno, a empresa e o empresário se tornam elementos centrais de qualquer apreciação da realidade política. Contudo, considerável margem de divergência subsiste a respeito do papel do empresariado no processo de modernização do país, ou seja, do processo pelo qual a economia e a sociedade se diversificam, em direção a uma estrutura predominantemente urbano-industrial. Indaga-se se o empresariado tem sido, em princípio, sujeito ou objeto do projeto modernizador, e essa

tem constituído uma questão crítica para a interpretação do Brasil a partir dos anos 30, sobre a qual se debruçam a Historiografia tanto quanto a Sociologia e a Ciência Política.

A discussão ganha densidade na medida em que está relacionada com a análise do caráter da evolução sócio-política do país, e aí já não mais circunscrita ao período moderno. Isso porque a história do Brasil tem sido frequentemente examinada em termos de dualidades (ordem privada/estamento burocrático, centro/periferia, latifúndio/capitalismo, Brasil arcaico/Brasil moderno, etc.), de tal forma que o "problema do empresariado" de fato se inscreve como um dos elementos dessa polêmica.

Ao lado disso, o tema envolve outra dimensão importante. Tem a ver com o tratamento teórico do Estado capitalista, algo que se tornou objeto de grande atenção nos últimos vinte anos, sobretudo a partir da controvérsia entre Milliband e Poulantzas. O problema principal, quanto a isso, é o da conexão classe dominante/Estado: em que termos o Estado, numa sociedade de classes, exprime relações de dominação? E, por outro lado, em que medida o Estado, como *locus* do poder público, é autônomo face aos grupos sociais?

Em terceiro lugar, esta discussão apresenta considerável interesse prático, num momento em que o Brasil caminha para consolidar um novo regime político. Se se admite, acompanhando a literatura, que a suposta dependência do empresariado em face do Estado tem relação com a vigência do autoritarismo, em que sentido, nesse caso, o processo de transição democrática abre caminho para a redefinição dos termos da equação empresariado/Estado? Corresponderá a abertura política à consolidação da hegemonia política da burguesia, em função do maior peso que adquire a Sociedade Civil em detrimento do Estado? Quais os fatores condicionantes dessa redefinição?

O presente trabalho procura abordar o assunto através do exame da experiência de Minas Gerais. O caso mineiro é comumente apresentado como um exemplo de modernização empreendida primordialmente pelo Estado, devido a certas condições peculiares, entre as quais a falta de um empresariado ativo. Entretanto, essa interpretação subestima em larga medida a força e a atuação da burguesia regional, seja no campo econômico, seja no campo político. É o que se procurará argumentar e evidenciar ao longo do texto, com base em informações de uma pesquisa que estamos desenvolvendo no Departamento de Sociologia da UFMG sobre as conexões entre o empresariado e a elite política em Minas, acrescentando, por outro lado, dados de alguns estudos relevantes que apontam nessa mesma direção.

## AS PRINCIPAIS INTERPRETAÇÕES

Convém, primeiro, localizar o campo da discussão, sumariando as principais abordagens ao tema.

Falamos atrás em dualidades e, com efeito, observa-se a predominância de uma visão dualista no exame do papel do empresariado, discernível nas duas teses básicas em torno das quais se construiu o debate da questão.

A primeira tese, de sabor mais clássico, por assim dizer, atribui ao empresariado posição hegemônica no processo de modernização do país, de acordo com um cenário que contrapõe os setores sociais desenvolvimentistas - tendo à frente a burguesia nacional - aos interesses tradicionais, sobretudo os da oligarquia agrária e do capital externo. Essa tese está ancorada em duas antinomias que se entrecruzam: 1) setores

modernizantes *versus* setores tradicionais e 2) nação *versus* imperialismo. Suas elaborações mais consistentes, datando dos anos 50 e da primeira metade da década seguinte, tiveram como fontes o ISEB, a CEPAL e a corrente marxista "ortodoxa", através de autores como Hélio Jaguaribe, Celso Furtado e Nelson Werneck Sodré, não obstante a variação de ênfases e aspectos abordados nas obras de cada um deles!

O grande prestígio de que desfrutou a seu tempo essa interpretação - constituindo não apenas um roteiro analítico para a intelectualidade nacionalista e as esquerdas, mas também uma espécie de modelo oficioso a inspirar o Estado pré-64 - cedeu lugar a profunda revisão a partir da ruptura em 1964. As antinomias referidas foram gradualmente questionadas, submetendo-se a severa crítica tanto o dualismo cepalino quanto a idéia do papel emancipador da burguesia nacional.<sup>2</sup> O projeto de avanço capitalista acelerado e excluyente, implantado pelas forças vitoriosas de 1964, vinha alterar a fundo as concepções até então prevalentes.

Diante do novo quadro, emergiu outra leitura do processo. O autoritarismo modernizante do novo regime punha em destaque o papel do Estado na condução do processo de modernização do país. O foco das atenções desloca-se para as elites estratégicas vinculadas ao aparelho estatal (a tecnoburocracia, os militares, os quadros políticos). A interpretação seminal de Raymundo Faoro sobre a centralidade do "estamento burocrático" na história brasileira é resgatada e torna-se um novo ponto de partida.<sup>3</sup> Surgem as contribuições de Boris Fausto, Luciano Martins, Simon Schwartzman, Nathaniel Leff e Octavio Velho, entre outros, que, trabalhando sobre distintos objetos, coincidem na caracterização do papel decisivo do Estado e das categorias sociais a ele associadas na promoção do crescimento econômico e na formulação de decisões políticas.<sup>4</sup> A afirmação de tal primazia implicava, nos termos dos estudos dessa fase, considerar o empresariado como ator político menor, quando não irrelevante, que se havia beneficiado historicamente de iniciativas externas ao seu campo de ação.

Por esse breve esboço, já se vê que a proposição de ambas as teses refletia preocupações correspondentes a dois momentos políticos bem distintos de nossa história recente. A tematização de um objeto nas ciências sociais obedece frequentemente (quase diria, inevitavelmente) às inspirações de uma realidade dinâmica e contraditória como é a realidade das relações sociais. Assim é que, na segunda metade da década de 70 - quando a Sociedade Civil se rearticula e tem início a abertura política - o mesmo ocorrendo com a classe operária e o movimento sindical. A presença das elites industriais na esfera decisória governamental, o processo de

1. V. por exemplo, JAGUARIBE, Hélio. *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira* (Rio: ISEB), 1958; FURTADO, Celso, "Obstáculos Políticos ao Crescimento Econômico do Brasil", *Revista Civilização Brasileira*, I (1), 1965; SODRÉ, Nelson Werneck, *Formação Histórica do Brasil* (São Paulo: Brasiliense), 1962.

2. A crítica mais influente do dualismo cepalino é a de OLIVEIRA, Francisco de "A Economia Brasileira: crítica à Razão Dualista", *Estudos CEBRAP*, nº 2, 1972. Quanto à questão da burguesia nacional e das clivagens propostas pelo modelo anterior, análise fundamental é a de PRADO JÚNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira* (São Paulo, Brasiliense), 1966.

3. FAORO, Raymundo, *Os Donos do Poder* (Porto Alegre: Globo), 1958.

4. FAUSTO, Boris, *A Revolução de 1930* (São Paulo: Brasiliense), 1970; MARTINS, Luciano, *Pouvoir et Développement Économique* (Paris: Anthropos), 1976; SCHWARTZMAN, Simon, *Bases do Autoritarismo Brasileiro* (Rio: Campus), 1982; LEFF, Nathaniel H. *Economic Policy-Making and Development in Brazil (1947-1964)*. (New York: John Wiley), 1968.

organização da classe, suas relações com o mundo do trabalho, seus valores, percepções e atitudes, são analisados por Eli Diniz, Renato Boschi e Ligia Leite Pereira, ao passo que René Dreifuss e Maria Antonieta Leopoldi investigam a ação política do empresariado, o exercício de recursos de poder pela classe em face das demais forças sociais.<sup>6</sup> Observa-se a preocupação em superar a camisa-de-força do dualismo, ao lado do objetivo de dotar o estudo do tema de fundamentação empírica rigorosa.

Mais recentemente, com o avanço da transição política, o debate se encaminha para a questão da possível construção de uma hegemonia burguesa no país. Autores como Fernando Henrique Cardoso, Bresser Pereira e Eli Diniz expressam posições diferentes acerca do comportamento político do empresariado nessa nova fase.<sup>7</sup> Suas contribuições, assim como outras que vêm surgindo a respeito, dão saliência à atualidade do assunto, apontada na introdução deste artigo.

## O CASO MINEIRO: CONTROVÉRSIAS

A literatura sobre Minas reflete até certo ponto as inflexões descritas. Contudo, há algumas particularidades que convém reter. Elas se relacionam sobretudo ao fato de que, enquanto o período da Primeira República tem sido satisfatoriamente coberto pelos estudiosos - o que também se aplica em certa medida às fases imperial e colonial - o período posterior, de 1930 em diante, tem sido muito pouco estudado. A história desse período só agora começa a se fazer. Assim, o processo de modernização em Minas tende a ser abordado ou de maneira relativamente impressionista, por carência de dados abrangentes, ou sob a ótica das distintas interpretações que tratam da Primeira República, em virtude da ênfase que se tem conferido à fase anterior a 1930. Ambas as tendências levam, a nosso ver, a subestimar a presença do empresariado no processo.

Com efeito, a leitura impressionista do processo não é capaz de dar visibilidade a um ator, o empresariado, que não aparece de maneira clara e definida a não ser através de pesquisa específica de sua trajetória. O Estado, as elites político-partidárias, mais recentemente o capital multinacional, ocupam toda a cena aparente. Quanto ao segundo viés, o que ocorre é que, se as interpretações do período moderno são influenciadas pela discussão do momento anterior, elas vão destacar em primeiro lugar os protagonistas centrais do sistema tradicional, a oligarquia territorial e a elite política tradicional. Os elementos de continuidade sobrepõem-se excessivamente na análise aos fatores de mudança, obscurecendo o papel dos atores emergentes e as características de sua inserção no quadro político.

5. DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil (1930-1945)* (Rio: Paz e Terra), 1978; BOSCHI, Renato R. *Elites Industriais e Democracia* (Rio: Graal), 1979; PEREIRA, Ligia M. Leite, "Bourgeoisie Industrielle et Capital Étranger au Brésil (1956-1977)", Tese de Doutorado, Paris, EPHE, 1978.

6. DREIFUSS, René A. *1964: A Conquista do Estado* (Petrópolis: Vozes), 1981; LEOPOLDI, Maria Antonieta P. "Industrial Associations and Politics in Contemporary Brazil", Tese de Doutorado, Oxford, 1984.

7. BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. "Seis Interpretações sobre o Brasil", *Dados*, 25(3), 1982; CARDOSO, Fernando Henrique, "O Papel dos Empresários no Processo de Transição: o Caso Brasileiro", *Dados*, 26(1), 1983; DINIZ, Eli. "O Empresariado e o Momento Político: Entre a Nostalgia do Passado e o Temor do Futuro", IUPERJ, *Cadernos de Conjuntura*, nº 1, 1985. Entre as análises mais recentes, v. VELASCO E CRUZ, Sebastião C. "Empresários, Economistas e Perspectivas da Democratização no Brasil", in REIS, Fábio Wanderley e O'DONNELL, Guillermo (org.), *A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas* (São Paulo: Vértice), 1988; e DREIFUSS, René A. *O Jogo da Direita* (Petrópolis: Vozes), 1989.

O debate sobre a Primeira República se dá em torno de três grandes teses. Uma breve apresentação delas poderá ser útil para a compreensão do período posterior.

Uma primeira vertente pode ser associada à análise do "coronelismo", nos termos fundados por Victor Nunes Leal.<sup>8</sup> O sistema político tradicional é visto como uma relação de compromisso entre o poder privado local, que se enfraquece gradualmente, e o poder público em expansão, resultando na cooptação das oligarquias pelo Estado, através do clientelismo. Essa perspectiva está presente nos diversos estudos de poder local que se fizeram em Minas desde a década de 50 e, de modo geral, nos trabalhos que têm como eixo a relação centro/periferia.

Uma segunda tese sustenta a idéia da representação dos interesses econômicos dominantes como base da ação do Estado. No período em questão, tratar-se-ia da hegemonia dos interesses cafeeiros na política mineira, à qual se relacionam os deslocamentos intra-oligárquicos de poder e a força das regiões cafeeiras (a Mata e o Sul de Minas) em face das demais regiões do estado.<sup>9</sup> Variantes dessa tese afirmam o caráter de representação dos interesses agropecuários como um conjunto (nesse caso, o Estado não privilegiaria propriamente o café) ou ainda a maior importância da produção para mercado interno em relação à agro-exportação como determinante do jogo político estadual.<sup>10</sup> É importante frisar que, na maioria dos autores que se filiam a essa corrente representacional, por assim dizer, a hegemonia dos interesses agrários não é incompatível com o clientelismo; ambos os elementos aparecem combinados na explicação do processo.

Por fim, temos a tese patrimonialista, que nega as duas anteriores e ressalta a centralidade de um Estado acentuadamente autônomo em relação a interesses privados debilmente articulados. Aqui o clientelismo assume papel de máxima importância na explicação, uma vez que as unidades locais e os grupos de interesse, fracos e atomizados, têm o Estado e seus recursos políticos como objetivo fundamental. Em outras palavras, o acesso ao Estado não seria importante como forma de promoção de interesses privados, de classe, mas como meio de utilização patrimonialista dos bens públicos. O jogo político é um jogo estruturado em clientelas, em que a classe dominante e suas frações não se colocam enquanto tais, pela desimportância dos interesses econômicos na determinação das ações do Estado.<sup>11</sup>

Pois bem, vamos encontrar na literatura sobre o período pós-30 - que, como foi acentuado, é ainda escassa - uma tendência predominante a enfatizar a centralidade do Estado e a irrelevância do empresariado, assim como de outros grupos de interesse, na iniciativa e na execução de um projeto modernizante que em Minas foi de fato um

8. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto* (São Paulo: Alfa-Omega), 2ª ed., 1975.

9. V. sobre isso, REZENDE, Maria Efigênia Lage de, *Formação da Estrutura de Dominação em Minas Gerais: O Novo PRM (1889-1906)* (Belo Horizonte: UFMG/PROED), 1982; SILVA, Vera Alice Cardoso, "A Política Regionalista e o Atraso da Industrialização em Minas Gerais (1889-1920)", Dissertação de Mestrado, UFMG, 1977.

10. A primeira visão é apresentada por CAMMACK, Paul. "O 'Coronelismo' e o 'Compromisso Coronelista': Uma Crítica", *Cadernos DCP*, nº 5, 1979. A segunda é sugerida pela obra de LENHARO, Alcir, *As Tropas da moderação: O Abastecimento da Corte na Formação Política do Brasil* (São Paulo: Símbolo), 1979. Essa última interpretação é retomada por MATA-MACHADO, Bernardo, em "O Poder Político em Minas Gerais", *Análise & Conjuntura*, 2(1), jan-abr. 1987.

11. SCHWARTMAN, Simon. *op. cit.*; MARTINS FILHO, Amílcar. *A Economia Política do Café com Leite: 1900-1930* (Belo Horizonte: UFMG/PROED), 1981; MARTINS FILHO, Amílcar, "Clientelismo e Representação em Minas Gerais durante a Primeira República: Uma Crítica a Paul Cammack", *Dados*, 27(2), 1984.

projeto, e sobre isso não há maiores divergências. O Estado é identificado como uma categoria de políticos profissionais (o adjetivo é importante), amplamente autônoma face a interesses de classe, à qual se agrega com o tempo um corpo tecnoburocrático que vai dando forma e operacionalidade ao projeto de modernização.

Esse modelo encontrou formulação já clássica no *Diagnóstico da Economia Mineira*,<sup>12</sup> um estudo elaborado pelo grupo técnico do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais na década de 60. Empreendendo uma análise abrangente dos fundamentos e das características do subdesenvolvimento mineiro, o *Diagnóstico* destacava entre os fatores do atraso a incapacidade empresarial dos mineiros. Por outro lado, não chegou a ser publicado um capítulo do estudo que tratava dos obstáculos institucionais ao desenvolvimento econômico de Minas, no qual se desenvolvia um exame crítico do comportamento do político mineiro.<sup>13</sup> Diagnosticada a incapacidade empresarial e a inadequação da elite política para conduzir o processo de modernização, restava o corpo técnico, a "tecnocracia" emergente, detentora de competência e de impulso político bastante para assumir a tarefa. O *Diagnóstico* constitui, de fato, um esforço de legitimação do poder da tecnoburocracia em face de outros atores em cena.

Leitura semelhante do processo de modernização em Minas é encontrada no estudo de Clélio Campolina Diniz,<sup>14</sup> até agora a obra mais abrangente e informativa sobre o tema. O autor procede a uma análise dos fatores econômicos do atraso relativo de Minas, acentuando o papel do Estado - sob a égide de uma tecnocracia que vai se construindo - em busca da superação dos entraves à industrialização. Esta, tomada como o grande objetivo estratégico das elites modernizantes de Minas, resulta da ação do Estado, como planejador e investidor, e do capital estrangeiro, sobretudo no *boom* mineiro dos anos 70.<sup>15</sup> Nessas condições, a presença do empresariado doméstico é virtualmente irrelevante.

A análise de Campolina Diniz explora em detalhe as razões da atrofia da industrialização mineira na primeira metade do século XX. Empreendimentos industriais se notam já no início do século XIX, estimulados pelo potencial da área no setor da siderurgia. Mais ao final do século, indústrias têxteis, alimentícias e usinas açucareiras estão em funcionamento, notadamente no Centro e na Zona da Mata. No entanto, esse esforço esterilizou-se desde o início do século XX, e Minas não logrou, sobre esses fundamentos, dar a arrancada econômica que se verificou no eixo Rio-São Paulo. O autor refuta noções comumente apresentadas para justificar o atraso mineiro: a idéia da incapacidade industrial dos mineiros e a idéia paralela de sua vocação financista, segundo a qual a expansão nacional de bancos mineiros canalizava para fora do estado os excedentes nele gerados. Para ele, as causas são mais profundas, relacionando-se com o desempenho do setor agrícola, a baixa mercantilização da agricultura, a dispersão do sistema econômico e a incapacidade do setor comercial exportador para engendrar

<sup>12</sup> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, *Diagnóstico da Economia Mineira* (Belo Horizonte), 1968, 5 volumes.

<sup>13</sup> DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira* (Belo Horizonte: UFMG/PROED), 1981, p. 158.

<sup>14</sup> id., *ibid.*

<sup>15</sup> id., *ibid.*, caps. VI e VII.

as bases de acumulação de que resultaria a indústria, tal como se deu em São Paulo!<sup>16</sup> Assim, o empresariado que emergiu precocemente em Minas não encontrou condições para avançar. Após 1930 é o Estado (e o capital estrangeiro, cuja presença é também antiga) o agente dinamizador de um esforço industrializante:

*"Especificamente após 1930, houve uma política econômica conscientemente orientada no sentido de promover a industrialização. Minas lançou um sistema energético público, construiu cidade industrial e se iniciou no planejamento antes de qualquer outro Estado brasileiro. A criação e generalização da empresa pública como complemento ou substituição da empresa privada também se anteciparam. Como decorrência, a tecnocracia nasceu cedo e junto com ela as idéias desenvolvimentistas."*<sup>17</sup>

Outro estudo que aponta na mesma direção é o trabalho de Luiz Aureliano Gama de Andrade sobre o papel da tecnocracia no desenvolvimento mineiro.<sup>18</sup> Andrade caracteriza o caso mineiro como uma experiência de desenvolvimento intencional que se consolida através da mobilização de recursos externos. Um processo mais espontâneo, baseado em recursos internos, não se verificou tanto pela falta de capitais quanto pela falta dos talentos empresariais necessários. Quanto ao último aspecto, ele subscreve a visão do *Diagnóstico*. Sua análise toma como eixo a importância das variáveis institucionais no processo de desenvolvimento. A criação de um setor institucional moderno, a partir do fim da década de 40, teria sido o fator-chave da recuperação econômica estadual. Esse setor, que amadurece e triunfa por volta de 1970, assumindo posição estratégica na máquina estatal, é formado pela Secretaria da Fazenda em aliança com a CEMIG, o BDMG e o INDI (Instituto de Desenvolvimento Industrial), um órgão criado pela associação dos dois últimos para promover investimentos industriais e atrair capitais. Andrade dá grande atenção à reforma da Secretaria da Fazenda, para ele um fator fundamental do processo. Destaca igualmente dois aspectos característicos da ação dessa tecnocracia vitoriosa: um, o emprego de planejamento estratégico, "oportunistico", não-compreensivo, que lhe dava flexibilidade e operacionalidade; outro, a convivência do setor moderno com a elite política convencional do estado, que permanecia detentora de recursos e posições políticas básicas.

O quadro que emerge dos trabalhos que estamos comentando é o de um processo deliberado de modernização e diversificação econômica, conduzido por um Estado em que ganham posições de poder setores tecnoburocráticos ativos, à falta de uma burguesia habilitada para influenciar no sentido da industrialização. As condições laboriosamente preparadas pela tecnoburocracia afinal florescem quando se logra canalizar para Minas um volume considerável de investimentos externos. Estes vão dar ímpeto a um processo cuja marca principal é a forte dependência das estruturas políticas e institucionais.

<sup>16</sup> id., *ibid.*, cap. IV.

<sup>17</sup> id., *ibid.*, pp. 112-113.

<sup>18</sup> ANDRADE, Luiz Aureliano Gama de. "Technocracy and Development: The Case of Minas Gerais", Tese de Doutorado, University of Michigan, 1980.

O empresariado mineiro, virtualmente ausente desse quadro, começou a ser estudado mais de perto por alguns trabalhos recentes. Deles emerge um cenário distinto do anterior. A burguesia aparece, se analisada atentamente, como um setor social ativo, organizado e influente ao longo do processo de modernização de Minas.

Evantina Pereira Vieira, estudando a trajetória da burguesia mineira de 1927 a 1940, trata de demonstrar a presença significativa da classe na economia estadual, contrapondo-se à tese da irrelevância econômica da burguesia, geralmente aceita. Sintetizando sua apreciação da fase inicial do período estudado (isto é, 1927 a 1930), a autora assinala, em comentário válido para todo o período:

*"Todas as questões debatidas pela burguesia envolvem tomadas de posição a respeito da forma e curso das lutas no interior do processo histórico. Por isso, não existe uma lacuna ou ausência do empresariado neste momento de transição da base econômica. Sua atuação consiste, sim, num passo importante em direção a uma nova organização da sociedade."*<sup>19</sup>

O foco de atenção da autora recai na estruturação e no exercício das formas de poder das classes dominantes. Os interesses empresariais se articulam muito cedo (a Associação Comercial de Juiz de Fora é criada em 1896 e a de Belo Horizonte em 1901, aglutinando os interesses do comércio, da indústria, da lavoura e das finanças, como era comum na época). A Associação Comercial de Minas, sediada em Belo Horizonte, constitui-se em centro formulador e irradiador de ação política. Ao longo do tempo, estrutura-se, por outro lado, uma vanguarda empresarial que interliga as associações, quando estas passam a representar interesses diferenciados. As entidades básicas incluem, além das duas citadas, a Sociedade Mineira de Agricultura (1906), o Centro Industrial de Juiz de Fora (1926) e a Federação das Indústrias/FIEMG (1933). De sua conexão surge uma elite empresarial bastante ativa, presente na cena política - inclusive no plano nacional - e sustentada na base por um considerável esforço de mobilização e organização da classe nas localidades e regiões do estado.

Teremos ocasião de retomar alguns aspectos relativos a esse período. Quanto à fase posterior, foi alvo de exame específico por parte de Ignacio Delgado,<sup>20</sup> que documentou as relações entre o empresariado mineiro e os governos de Milton Campos e Juscelino Kubitschek (entre 1947 e 1955). O tratamento empírico de Delgado assenta-se sobre uma ampla discussão histórica do discurso e da prática de classe do empresariado brasileiro até aquele momento. Nessa perspectiva, mostra o autor que o empresariado mineiro compartilhava do projeto econômico e das concepções políticas da elite industrial do país, ao mesmo tempo que suas entidades tratavam de desenvolver um projeto de industrialização regional que tinha como eixo a siderurgia. O sucesso desse esforço, cujo coroamento foi a implantação da grande siderurgia através da USIMINAS, teria representado, contudo, um paradoxal revés para a burguesia regional: no novo cenário industrial que se erigia em Minas, seu peso econômico

<sup>19</sup> VIEIRA, Evantina Pereira. "Minas Gerais: A Dominação Burguesa - Conflitos Políticos e Formas de Organização (1927-1940)", Tese de Doutorado, USP, 1984, p. 61.

<sup>20</sup> DELGADO, Ignacio J. Godinho. "Burguesia e Estado - O Caso de Minas Gerais: A Estratégia de um Revés", Dissertação de Mestrado, UFMG, 1989.

torrava-se crescentemente inferior ao dos capitais estatal e multinacional que davam sustentação ao "modelo mineiro".

No plano político, porém, o empresariado regional manteve-se aparentemente como força organizada, como se infere da análise de Heloísa Starling sobre a insurreição das elites mineiras contra o governo Goulart.<sup>21</sup> Em sua investigação, Starling fornece sólida base empírica à hipótese da presença ativa da classe no processo político, ainda que tal presença se tenha deliberadamente desenvolvido na penumbra. O alto grau de eficácia das elites empresariais, em aliança com setores auxiliares, nessa conjuntura, demonstra que a proposição de Evantina Vieira, acima citada, aplica-se com igual validade para os anos 60. Uma das contribuições sugestivas de Heloísa Starling é a de mostrar o que havia de específico na ação política do empresariado mineiro, em face de outros atores, diferentemente do que se passava no eixo Rio-São Paulo e que foi estudado por Dreifuss. O peso maior da máquina estatal e do sistema político-partidário mineiros, ao lado do estágio de evolução capitalista da economia regional, respondem por diferenças que redundaram em formas organizacionais próprias, provavelmente *sui generis*, o que aliás põe em destaque a inventividade política das elites empresariais envolvidas na conspiração.

No que tange ao período recente, Ligia Leite Pereira e o autor deste trabalho empreenderam uma avaliação preliminar das orientações e da ação política empresarial em face do processo de transição política<sup>22</sup> como parte de um estudo mais amplo ainda não publicado. Do exame da fase posterior a 1964, sobressai a tendência inicial do empresariado a manter-se numa atitude corporativa, conferindo apoio ao Estado autoritário para preservar o regime imposto após o golpe. A abertura política, contudo, levando à rearticulação da Sociedade Civil (um de cujos elementos foi o aparecimento do "novo sindicalismo"), compele gradualmente os empresários à ação política. A politização acentuada da classe expressou-se mais ostensivamente com a eleição de grande número de empresários para a Constituinte Federal, em 1986, e com o tipo de ação que foi desenvolvido em torno da elaboração da nova Carta, dentro e fora do Parlamento.

A intenção desse breve apanhado da literatura sobre o caso mineiro é apenas a de fixar dois modelos diferentes de interpretação do nosso tema, por meio de trabalhos que, de certo modo, tipificam a controvérsia. Eles permitem que nos localizemos melhor e possamos discutir, daqui por diante, alguns aspectos da relação empresário/política/Estado sugeridos pelo exame da experiência de Minas.

## O EMPRESÁRIO NO ESTADO

Uma discussão mais aprofundada de toda essa problemática e de seu tratamento na literatura suscita de imediato a questão do Estado, a qual permeia todas as análises. No primeiro modelo, o Estado promove a modernização, através de um setor tecnocrático, à falta de um empresariado ativo e capitalizado. No segundo modelo, o empresariado,

<sup>21</sup> STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os Senhores das Gerais: Os Novos Inconfidentes e o Golpe de 1964* (Petrópolis: Vozes), 1986.

<sup>22</sup> PEREIRA, Ligia Maria Leite e DULCI, Otávio Soares. "O Empresariado Mineiro e a Transição Política", *Análise & Conjuntura*, 2(2), mai-ago. 1987.

relativamente organizado e cômico de seus interesses, atua politicamente em conjunturas críticas para reorganizar a sociedade segundo o paradigma das "classes produtoras", e essa reorganização passa fundamentalmente por sua capacidade de acionar o Estado.

Não haverá quem discorde do papel primordial do Estado na implementação do processo de desenvolvimento mineiro. A questão-chave, porém, é a de se analisar a composição dos quadros dirigentes do Estado. Quem o conduzia? Quem o influenciava crucialmente? Em que consiste concretamente essa organização? Ao buscar respostas para essas questões, encontraremos terreno mais firme para interpretar a relação classe dominante/Estado.

A elite política mineira tem sido objeto de estudos de *background*, assinalando-se a contribuição de autores como Fleischer, Wirth e Martins<sup>23</sup>. Esses estudos são tomados como suporte empírico da tese da dissociação entre os quadros dirigentes do Estado e os interesses de classe, na medida em que o levantamento da "ocupação principal" dos membros da elite faz emergir um número acentuadamente majoritário de profissionais liberais - sobretudo advogados - e funcionários públicos, configurando um "estamento burocrático" que, com o avanço do processo de modernização, teria assumido caráter crescentemente tecnocrático. Nesse sentido, a tese tecnocrática constitui um desdobramento da tese patrimonialista.

Os referidos estudos de *background*, assentando-se em metodologia hoje clássica na Ciência Política, certamente que nos dizem muito sobre as variáveis em pauta. Mas levantam tantas indagações quanto as respostas que proporcionam. No que diz respeito ao nosso problema, a dificuldade parece residir na caracterização profissional dos membros da elite: toma-se a "ocupação principal" e com isso corre-se o risco de ficar na informação conspícua, restrita à profissão "oficial" dos indivíduos pesquisados.

Ora, o empresariado não é, como já sugerimos, um ator político de alta visibilidade. Para captar as conexões do empresário com a esfera política é preciso adotar um tratamento mais qualitativo do que aquele usual nos estudos de *background* da elite. A informação "oficial" das atividades dos membros da elite pode não refletir a realidade. Observa-se certo cuidado, nesse universo, em filtrar ou mesmo suprimir das biografias e *curricula* dados relativos à atividade privada, denotando a preocupação de muitas lideranças políticas em construir uma imagem de devoção exclusiva ao serviço público.

Seja como for, um dado a considerar, no caso de Minas, é o assinalável recrutamento de empresários para o governo, para postos de primeiro e segundo escalão. Trata-se de fenômeno especialmente observável após a abertura de 1945, mas que pode ser rastreado bem antes desse momento. Diversos dentre eles eram dirigentes de classe, que assumiram funções públicas em consequência de sua liderança ou projeção empresarial.

Assim é que em todas as administrações mineiras desde a redemocratização vamos encontrar líderes empresariais de peso em cargos de primeiro escalão, geralmente nas pastas econômico-financeiras do governo. Já no interregno entre a queda do Estado Novo e a posse de Milton Campos, primeiro governador eleito após a ditadura, essa

conexão se estabelece. É interessante identificar essas lideranças e mencionar algo sobre seu campo de atuação.

Na interventoria Nísio Batista de Oliveira, que assumiu o governo estadual logo após o 29 de outubro, o Secretário da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho (na época uma espécie de ampla Secretaria de Economia) foi Antônio Mourão Guimarães, presidente do Sindicato dos Bancos do Estado de Minas Gerais por diversos períodos. Seu pai, Benjamim Guimarães, fundou um dos maiores grupos econômicos de Minas, cuja direção herdou. O grupo compreendia o Banco de Minas Gerais, a Magnesita (indústria pioneira de material refratário), companhias têxteis, cortume, mineração.

No período seguinte - a interventoria João Beraldo - a Secretaria das Finanças foi ocupada por Jair Negrão de Lima, um advogado que desempenhou papel estratégico no meio empresarial, como consultor jurídico da Associação Comercial de Minas e da Confederação Nacional do Comércio. Foi um dos principais formuladores da política de organização e pressão desenvolvida pelas entidades empresariais nos anos 30, segundo mostra Evantina Vieira em seu estudo.

Na curta interventoria Júlio de Carvalho, o Secretário da Agricultura foi José Salgado Scarfa, que presidiu a Associação Comercial do Rio de Janeiro (1933-1938) e pertenceu ao Conselho Nacional do Trabalho e ao Conselho Federal do Comércio Exterior, tendo também presidido o Conselho de Contribuintes.

Examinando-se agora as administrações eleitas, e novamente limitando-nos a mencionar os dirigentes da classe empresarial que figuraram no primeiro escalão, temos, no governo Milton Campos (1947-1951) dois líderes de grande peso nas duas secretarias econômico-financeiras. Nas Finanças, Magalhães Pinto, que havia presidido a Associação Comercial de Minas (em 1938) e ocupado uma diretoria do Banco da Lavoura de Minas Gerais de 1935 a 1943. Afastado desse último cargo por assinar o Manifesto dos Mineiros, fundou o Banco Nacional de Minas Gerais. A partir da abertura de 1945, Magalhães Pinto conciliou a condição de grande empresário com uma carreira política diversificada, no Executivo e no Legislativo.

Na Secretaria de Agricultura estava Américo René Giannetti, que implantou nesse período a primeira experiência brasileira de planejamento público em escala regional, com o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção (1947). Giannetti foi uma das personalidades mais importantes do empresariado mineiro em seu tempo, se não a mais importante: presidiu por muitos anos a Federação das Indústrias, de que foi um dos criadores na década de 30; foi secretário da Confederação Nacional da Indústria; foi um dos criadores do SESI e do SENAI; foi diretor da ACM e seu vice-presidente; presidiu o Sindicato da Indústria do Ferro. Na área federal, foi membro do Conselho Federal de Comércio Exterior, da Comissão de Planejamento Econômico Nacional e do Conselho Consultivo-Técnico da Companhia Siderúrgica Nacional (nesse último caso, como compensação à burguesia mineira por ter sido preterida, em sua luta pela grande siderurgia, em favor do Rio de Janeiro). Em 1946 presidiu o Conselho Técnico da UDN mineira e, após ocupar a Secretaria da Agricultura, foi eleito em 1950 Prefeito de Belo Horizonte, falecendo no cargo em 1954.

Na administração Kubitschek (1951-1955), o primeiro escalão teve conotação mais político-partidária, mas nele figuraram pelo menos dois dirigentes empresariais. Um deles, Bento Gonçalves Filho, foi Secretário da Viação, pasta destinada ao PR. Industrial polivalente, Gonçalves atuou nos ramos de beneficiamento de mármore, cerâmica, bebidas e construção civil, tendo integrado a diretoria da FIEMG de 1941 a 1952. Deputado federal de 1955 a 1983, voltou à mesma Secretaria da Viação no final do

23. FLEISCHER, David V. "Political Recruitment in the State of Minas Gerais, Brazil (1890-1970)", Tese de Doutorado, University of Florida, 1972; FLEISCHER, David V. *O Recrutamento Político em Minas Gerais, 1890-1918* (Belo Horizonte: Ed. RBEP), 1971; WIRTH, John D. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira* (Rio: Paz e Terra), 1982; MARTINS FILHO, Amílcar, *op. cit.*

governo Bias Fortes (1960). Outra personalidade, esta de maior peso, que serviu na época foi Maurício Chagas Bicalho, Secretário do Interior em 1954. Diretor do Banco de Belo Horizonte (1948), Bicalho foi também mais tarde presidente do Banco do Brasil (1959-1960) e Ministro interino da Fazenda. De 1960 a 1966 foi Governador-Adjunto do FMI - Banco Mundial. De volta a Minas, presidiu os dois bancos estaduais que vieram a formar o BEMGE/Banco do Estado de Minas Gerais, cuja fusão coordenou, assumindo em seguida a presidência do outro banco estadual, o Banco de Crédito Real, até 1970. Ocupou igualmente a diretoria da CEMIG e das Centrais Elétricas de Furnas. Sua participação em associações de classe se deu como diretor da ACM e da ACRJ.

Avançando até a década de 60, temos em primeiro lugar o fato de que o governador eleito para suceder a Bias Fortes foi precisamente Magalhães Pinto, sobre o qual já comentamos. De seu governo, que incluiu diversas personalidades ligadas ao meio empresarial, participou nos anos finais um dos principais dirigentes contemporâneos da burguesia mineira, Miguel Augusto Gonçalves de Souza. Dirigente de um grupo industrial têxtil pertencente à sua família, Gonçalves de Souza presidiu a ACM e sua atuação empresarial se exerceu tanto na área privada (presidência do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, ao lado das empresas da família) quanto na área pública (presidência do Banco de Crédito Real, da Açominas). Presidiu também a Fiat Automóveis.

No governo Israel Pinheiro (1966-1971), ocupou a pasta da Agricultura o líder ruralista Evaristo de Paula. Embora também vinculado ao setor financeiro (fundador e diretor do Banco Mercantil de Minas Gerais, hoje Banco Mercantil do Brasil), Paula notabilizou-se sobretudo por sua atividade como dirigente da Federação da Agricultura de Minas (FAREM) e da Associação Brasileira dos Criadores de Gado Gyr. Como mostra Heloísa Starling, desempenhou papel extremamente ativo na mobilização dos proprietários rurais mineiros contra o governo Goulart, na condição de líder de classe. Ainda dessa gestão participou o empresário Luiz de Souza Lima, inicialmente como Secretário de Desenvolvimento Econômico e, de 1967 a 1971, como Prefeito nomeado da Capital. Membro ativo da FIEMG, da qual foi vice-presidente, Souza Lima teve atuação diversificada como dirigente de empresas de construção civil, agro-indústrias, siderurgia (Ferro e Aço de Vitória), instituições financeiras (Banco Nacional do Comércio, Economisa, Banco Denasa), entre outras.

Nos três governos seguintes, que se constituíram por nomeação federal, o mesmo padrão de recrutamento pode ser observado. Na gestão Rondon Pacheco (1971-1975), ocupou a pasta do Planejamento, até 1973, o empresário Paulo Lima Vieira. Sucedendo ao pai, Alcindo Vieira, na direção de uma companhia de construção, presidiu o Sindicato da Construção Civil de Belo Horizonte (1955-1960) e figurou na direção da FIEMG. Em seguida, presidiu a Companhia Siderúrgica Nacional (1961) e a Vale do Rio Doce (1964). Na área privada foi diretor da COMINCI (cimento) e conselheiro da Mannesmann.

Na gestão Aureliano Chaves (1975-1978), o Secretário da Indústria e Comércio foi Fernando Fagundes Neto. Embora tivesse ingressado na política partidária desde os anos 60 (foi eleito deputado federal em 1970 e 1974), Fagundes Neto desenvolveu toda uma carreira paralela como dirigente de classe: vice-presidente do Centro Industrial de Juiz de Fora (cidade onde se localizam as indústrias têxteis de sua família), vice-presidente da FIEMG, vice-presidente da CNI, vice-presidente da Associação de Indústrias Latino-Americanas. Derrotado para o Senado em 1978, foi reconvoado por Francelino Pereira para o governo, como Secretário de Ciência e Tecnologia.

Outro líder da burguesia mineira serviu também ao governo Francelino Pereira: José Romualdo Cançado Bahia, seu Secretário de Indústria e Comércio. Empresário importante do ramo têxtil, Bahia havia presidido a ACM de 1973 a 1976, após ter sido dirigente da mesma entidade em diversos cargos.

Encerrado o ciclo dos governos nomeados por Brasília, o padrão não parece vir a modificar-se. Tancredo Neves convoca para a Secretaria da Agricultura um dos mais conhecidos líderes do empresariado rural, Arnaldo Rosa Prata. Fazendeiro de Uberaba, Prata dirigiu a Associação Comercial e Industrial local, presidiu a Sociedade Rural e a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu, cargo em que se projetou. Foi igualmente um dos fundadores da Confederação Mundial dos Criadores de Zebu.

Hélio Garcia, que sucedeu a Tancredo Neves no governo, é ele próprio representativo do fenômeno que estamos destacando. Ingressou na carreira política após ter presidido a Associação Rural de Perdões e - o que é mais sugestivo - ocupado a Secretaria-Geral da FAREM de 1961 a 1962, vale dizer, numa conjuntura em que os proprietários rurais de Minas começaram a se movimentar politicamente em face da política fundiária de Goulart.

Temos nesse levantamento uma visão do fenômeno apontado: um número significativo de empresários, atuantes como dirigentes de sua classe, que se expandem para o campo político e oportunamente ascendem ao governo. Não há dúvida de que tal constatação representa apenas um primeiro passo para estabelecer a conexão burguesia/Estado, mesmo que um passo promissor. Não se trata aqui de propor um instrumentalismo ingênuo: a presença de dirigentes empresariais ou de empresários importantes na alta administração do Estado não dá conta, por si mesma, do caráter que a ação desse Estado vai assumir. O problema é eminentemente empírico. Contudo, tal presença é um dado que permite sustentar a hipótese de que a influência política do empresariado mineiro foi mais relevante do que frequentemente se supõe.

## A POLIVALÊNCIA DAS ELITES

Mencionamos, a propósito dos estudos de carreira das elites, a probabilidade de ocorrência de distorções que levam a subestimar a presença do empresariado no aparelho de Estado. Examinemos agora um outro problema, este de natureza conceitual: o problema relativo à caracterização dos quadros técnicos como categoria social autônoma, como 'tecnocracia'.

A literatura sobre esse tema é conhecida, não convindo entrar aqui em seus pormenores. De um lado, certo número de autores, escrevendo nos anos 60, chamaram a atenção para os sintomas de um deslocamento de poder rumo aos detentores de saber especializado, movimento esse que resultaria num 'modelo tecnocrático' de decisão política, através da hegemonia de uma nova camada que se convencionou chamar de tecnocracia. Essa proposição era acompanhada da idéia do 'fim da ideologia', hipótese aliás que voltou à tona ultimamente, segundo a qual a vida política contemporânea se assinalaria pelo abandono paulatino dos mitos, símbolos e crenças que vinham alimentando os conflitos de poder nas sociedades industriais modernas. De outro lado, os fundamentos da tese tecnocrática têm passado pelo crivo de críticos severos. Há os que procuram verificar empiricamente o grau efetivo de ampliação do poder dos técnicos, bem como a sua autonomia em face dos interesses sociais. Há os que realçam a atmosfera eminentemente política em que se inserem as atividades

técnicas de governo. Surgem, finalmente, interpretações do sentido real da tese tecnocrática e do papel ideológico que ela vem cumprir historicamente.

O debate, como se vê, é importante em si. No entanto, o aspecto a ressaltar aqui é mais simples: examinando-se a carreira dos componentes da 'tecnocracia' brasileira - ou, se se quiser especificar, da 'tecnocracia' mineira - constata-se a estreita vinculação desse setor com o empresariado. Talvez se deva falar de um tecno-empresariado, mais que de uma tecnocracia.<sup>24</sup> Um padrão comum é o da circulação de quadros do setor privado para o setor público e vice-versa. Trata-se de quadros executivos que atuam segundo uma lógica empresarial tanto a serviço da administração pública quanto da administração do capital privado.

Se isso é correto, deve-se incluir na categoria de empresário o empresário de Estado, que é às vezes um empresário privado recrutado para a empresa pública, outras vezes um técnico da mesma que ascende ao longo da carreira à sua direção, e nesse sentido se transforma num empresário. Esse ponto é digno de atenção, considerando-se o peso econômico e a ubiquidade do setor empresarial público no Brasil, assim como as formas de interação (financeira, tecnológica, política, ideológica e cultural) do setor público e do setor privado no país. E, em virtude da centralidade da ação do Estado a que já nos referimos, esse aspecto é ainda mais relevante no caso mineiro.

Com efeito, encontramos nas elites mineiras um número significativo de personagens polivalentes - políticos/empresários/técnicos - que vão da empresa privada à administração pública e/ou à política partidária. Ou, alternativamente, seguem caminho inverso, da política ou da administração pública à empresa privada.

A primeira trajetória (do privado para o público) é ilustrada pelas carreiras de Américo Giannetti, Magalhães Pinto e outros dirigentes empresariais citados há poucas páginas. Os exemplos são, porém, inúmeros, assim como a variedade de vínculos no interior da elite. Recorde-se que só arrolamos no ítem anterior secretários de Estado que foram também *dirigentes* de associações empresariais. Seria maçante ampliar a lista para incluir outros tipos.

Porém é interessante mencionar alguns exemplos singulares de polivalência. Um tipo, ilustrado pela carreira de Israel Pinheiro, é o do político de base local que convive com o administrador público modernizante. Ao graduar-se em Engenharia, Israel Pinheiro fixou-se em Caeté, onde assumiu a direção da indústria cerâmica criada por seu pai, João Pinheiro, tornando-se ao mesmo tempo o chefe da facção política pinheirista. Foi vereador e prefeito de Caeté na década de 20. Com o movimento de 30, Pinheiro passa a atuar no plano estadual. Preside o Conselho Consultivo do Estado e em 1933 é designado Secretário da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho, cargo que mantém até 1942. Durante esse período, desenvolve toda uma série de ações modernizantes, que serão um marco para o processo de recuperação econômica de Minas, a exemplo da implantação da Cidade Industrial de Contagem. Deixa a Secretaria para implantar a Companhia Vale do Rio Doce. Já está então atuando na esfera federal. Preside a CVRD até 1946, mas, com a abertura política, ressurgiu na cena político-partidária como um dos fundadores do PSD, partido do qual se torna Secretário-Geral.

24. É o que sugere Dreifuss, em seu exame da estrutura política do grande capital multinacional, ao sublinhar as modalidades de organização e ação da *intelligentsia* empresarial. 1964..., cap. 3. A proposição de Dreifuss encaixa-se bastante bem em nossa linha de análise e doravante faremos referência constante à idéia de 'tecno-empresariado' para tratar da experiência mineira.

Serve como deputado federal de 1946 até 1956, eleito sucessivamente por suas bases municipais. Em 1956 renuncia ao mandato para dirigir a NOVACAP, órgão criado para implementar a construção de Brasília, e em 1959 torna-se Prefeito de Brasília. Não retornou ao Parlamento, mas elegeu-se em 1965 Governador de Minas e em seu quinquênio deu continuidade à política desenvolvimentista dos antecessores, política essa de que havia aliás sido um dos iniciadores na década de 30. Ao mesmo tempo marca seu comando político pela coordenação escrupulosa dos interesses das facções políticas estaduais, quer dizer, ao grupo a que ele próprio pertencia: para viabilizar a ARENA, Israel Pinheiro introduz o sistema do direito ao mando em cada município pelo deputado eleitoralmente majoritário; ou seja, um esquema neo-coronelistas à feição da Velha República, cujo êxito realça as raízes políticas tradicionais que sustentaram sua diversificada vida pública. Ressalte-se aqui, para completar esse perfil, que a Cerâmica João Pinheiro continuou sob sua supervisão e que em certo sentido as ações desenvolvimentistas de Israel Pinheiro sempre revelaram a marca do tecno-empresário que ele efetivamente foi.

Ainda considerando o tipo de polivalência que vai do privado para o público, tomemos um outro padrão: o do empresário que ingressa na política "por cima", isto é, sem tradição municipal, frequentemente após passar pela administração pública não-eletiva. Trata-se aqui de personalidades algo especiais. Dois exemplos, retirados da história mineira, são os de Sebastião Paes de Almeida e de San Thiago Dantas.

Paes de Almeida era um mineiro que construiu uma carreira de industrial em São Paulo, sobretudo no ramo do vidro plano, tendo também dirigido o Banco Nacional do Comércio e a Real Transportes Aéreos, que fundou em 1947. Nos anos 50, preside o Banco do Estado de São Paulo e prossegue no setor público estadual como Secretário da Fazenda, do Governo e da Agricultura do governo paulista. Com a ascensão de Kubitschek à presidência, é convocado para presidir o Banco do Brasil e, de 1959 a 1961, serve como Ministro da Fazenda. Decide então ingressar na política pelo voto. Elege-se deputado federal pelo PSD mineiro em 1962, através de uma campanha milionária que o faz o candidato mais votado do estado. Em 1965 lança-se a um projeto ambicioso - o governo estadual - mas sua candidatura foi impugnada pelas forças vitoriosas em 1964. Israel Pinheiro o substituiu na campanha, vencendo o pleito. Paes de Almeida, cassado, faleceu em 1975.

San Thiago Dantas, como se sabe, foi um grande jurista e um intelectual prolífico. Mas foi também um advogado militante cuja carreira processou-se em conexão com a grande empresa, além de ter sido empresário propriamente dito. Integrou as diretorias do Banco Moreira Sales (de 1952 a 1957) e do grupo petrolífero Manguinhos. Em 1957 adquiriu o "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, já em função do objetivo de intervir no cenário político. De fato, San Thiago tivera uma experiência marcante de militância política na juventude, como Secretário Nacional de Imprensa da Ação Integralista e como membro do Conselho Jurídico Nacional dessa organização, até 1937. Em 1951, com a volta de Vargas ao poder, torna-se seu assessor. Filia-se ao PTB e se elege deputado federal por Minas em 1958, através de uma campanha cara, uma vez que não dispunha de bases locais. Candidata-se a vice-governador em 1960, na chapa de Tancredo Neves. Ambos são derrotados. Durante o governo Quadros é designado para embaixador brasileiro junto à ONU, mas logo é nomeado ministro das Relações Exteriores, com a formação do gabinete Tancredo Neves. Reelege-se deputado em 1962 e volta ao ministério, na pasta da Fazenda, após o plebiscito que restaurou o

presidencialismo. O golpe de 1964 encontra-o trabalhando por uma recomposição política em torno de Goulart. Já estava gravemente doente e faleceu no mesmo ano.<sup>25</sup>

Os dois últimos exemplos ilustram o tipo de empresário atraído pela ação política sem contudo pertencer à elite política tradicional. Talvez por isso tanto Paes de Almeida quanto San Thiago Dantas nunca passaram de *outsiders* no jogo político estadual, a despeito de sua influência no cenário federal, particularmente a do segundo.

Uma variante desse tipo é a do empresário que ocupa topicamente funções públicas, em virtude de suas ligações políticas, sem entretanto encetar uma carreira política como nos casos acima. Um exemplo de participação tópica na administração é dado pela carreira de Walter Moreira Sales, principal dirigente do atual Unibanco e do grupo empresarial correspondente. Sucedendo a seu pai na direção de um banco que começou como simples casa bancária sediada em Poços de Caldas, Moreira Sales transformou-se gradualmente num dos principais nomes do grande empresariado brasileiro, com expressivas conexões internacionais. Ao mesmo tempo serviu como embaixador de Vargas nos Estados Unidos, tendo atuado em missões diplomático-financeiras do governo brasileiro em momentos posteriores e ocupado por algum tempo a pasta da Fazenda na fase parlamentarista de Goulart. O vínculo de Moreira Sales com a elite política mineira - especificamente com o PSD - conferia-lhe sustentação adicional em suas funções públicas. Por outro lado, estas lubrificaram suas conexões estratégicas com o sistema financeiro e corporativo internacional.

Invertamos agora o nosso ponto de vista para examinar o modelo oposto, isto é, a trajetória que parte do setor público para o setor privado.

Analogamente à exposição que acabamos de fazer, podemos identificar um padrão de carreira que se origina na política de base local e outro que não apresenta essa relação. O primeiro padrão é referente a membros da elite política tradicional que diversificam seu campo de atuação - transformando-se em políticos-empresários - sem contudo abandonarem a presença contínua na militância política. Exemplos interessantes, para o caso de Minas, são os de Arthur Bernardes Filho, Virgílio de Melo Franco e Daniel de Carvalho. São homens que se iniciam cedo na carreira política, como membros da oligarquia. Virgílio de Melo Franco, por exemplo, é eleito deputado estadual ainda jovem, mas nunca se interessou pela carreira política como meio de vida, diferentemente de seu pai e de seu irmão Afonso Arinos, que constituem, estes sim, ilustrações do político/funcionário público que os adeptos da tese patrimonialista vêem como predominante na elite política mineira. Virgílio esteve sempre ligado a empreendimentos privados, embora não tenha sido um empresário típico: foi sobretudo um planejador e um organizador político voltado para a construção de um projeto democrático-burguês no país, particularmente nos anos 40. Mas, ao mesmo tempo, foi um articulador eficiente a nível local, como mostra o seu trabalho de estruturação da UDN mineira, concorrendo para desalojar do poder em Minas os estadonovistas do PSD em 1947.<sup>26</sup>

25. Sobre a carreira de San Thiago Dantas, v. MOREIRA, Marcílio Marques (org.), *San Thiago Dantas: Discursos Parlamentares, Perfis Parlamentares*, nº 21 (Brasília: Câmara dos Deputados), 1983; e *San Thiago Dantas: Um Seminário na Universidade de Brasília* (Brasília: Ed. UnB), 1985.

26. V. BAGGIO, Sheila Brandão "Virgílio de Melo Franco e a Política em Minas", Dissertação de Mestrado, UFMG, 1985; NABUCO, Carolina. *A Vida de Virgílio de Melo Franco* (Rio: José Olympio), 1962; MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Um Estadista da República* (Rio: José Olympio), 1955; e CAMARGO, Aspásia et alii, *O Intelectual e o Político: Encontros com Afonso Arinos* (Rio: FGV/CPDOC), 1983.

Passemos agora ao padrão de circulação entre as esferas pública e privada a partir de projeção adquirida na administração pública. Essa seria talvez a modalidade mais evidente de tecno-empresário, que pode ser exemplificada pela carreira de Lucas Lopes. Aí temos uma comprovação significativa do nosso ponto de vista a respeito da 'tecnocracia' não só em Minas como no plano nacional.

Lucas Lopes iniciou-se como engenheiro na Rede Mineira de Viação, um começo de carreira usual na época. Engenheiro voltado para a área de eletrificação, trabalhou depois algum tempo em companhias desse setor, até que foi recrutado, ainda jovem, para o cargo de Secretário da Agricultura (1943). Nele deu prosseguimento ao trabalho de Israel Pinheiro e sua equipe, assinalando-se sua tentativa de preparar um plano de eletrificação para Minas. Com a queda de Vargas/Valadares, sai do governo mas a ele volta como Secretário da Viação em 1946, na fase das interventorias. Em seguida encontrámo-lo na área privada. Foi o orientador geral do Plano de Eletrificação de Minas Gerais, preparado em 1950 pela CBE/Companhia Brasileira de Engenharia por encomenda do governo Milton Campos. Da equipe faziam parte, como consultores (e redatores de capítulos do plano) Mauro Thibau, John Cotrim e Paulo Assis Ribeiro. Com exceção do último, eles acompanharão Lucas Lopes quando, com a volta do PSD ao governo, Kubitschek dá consequência ao Plano encarregando-o de implantar a CEMIG. Lopes funda a empresa e permanece por muitos anos como presidente de seu Conselho de Administração. Simultaneamente integra a Comissão Mista Brasil/Estados Unidos. No governo Café Filho é feito Ministro da Viação, representando o PSD mineiro no ministério. Em 1956, junto com Roberto Campos - seu colega na Comissão Mista - e outros tecno-empresários, funda a CONSULTEC, uma empresa de consultoria e promoção empresarial que se tornou extremamente importante como canal entre o grande capital e a administração federal. Entre outras razões porque Lopes era ao mesmo tempo o presidente do BNDE e Campos um dos diretores, de 1956 a 1958. Nesse último ano vai para o Ministério da Fazenda, para executar uma política de estabilização financeira mediante acordo com o FMI.

Lucas Lopes teve papel fundamental na consolidação do modelo econômico juscelinista, de absorção de capitais externos, como principal elaborador do Plano de Metas, como presidente do BNDE e como Ministro da Fazenda. Neste último posto, porém, não permaneceu por muito tempo, uma vez que o Presidente, cedendo à opinião nacionalista, rompeu o acordo com o FMI e substituiu a equipe econômica. A partir de então, Lopes não voltou mais ao governo. Era já, a essa altura, um executivo da linha de frente do capital multinacional: representou a Hanna Mining Co. na longa pendência que esta corporação manteve com o governo brasileiro a respeito da posse e exportação do minério do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais. De fato, os interesses da Hanna já estavam a cargo da CONSULTEC desde antes; o governo Kubitschek havia criado em 1957 o Grupo de Exportação de Minério de Ferro (um dos órgãos de sua administração paralela), do qual Lopes participava; através desse Grupo, o problema foi encaminhado favoravelmente às pretensões da Hanna. Quadros e depois Goulart alteraram essa política, apesar dos esforços de Lopes, presidente da empresa no Brasil, e de sua equipe de assessores e advogados administrativos. Somente com a mudança de 1964 o assunto foi revisto e um arranjo se estabeleceu. Estavam então no poder Roberto Campos e Mauro Thibau, os velhos parceiros de Lucas Lopes.

A experiência da CONSULTEC é sugestiva para o nosso tema no sentido de mostrar a imbricação do público e do privado. Lopes e Campos, consultores e promotores dos interesses do grande capital enquanto membros de uma firma

especializada, são ao mesmo tempo decisores de questões nas quais o grande capital tem interesse vital, na qualidade de membros da cúpula econômica do governo. Pode-se dizer que foi, *avant la lettre*, um estratégico anel burocrático, nos termos analisados por Fernando Henrique Cardoso para o período pós-64.<sup>27</sup>

Nossa intenção, ao descrever em linhas gerais as carreiras de certos membros da elite, foi a de repensar seus papéis e acentuar sua multifuncionalidade. Personagens como Israel Pinheiro, Lucas Lopes, Américo Giannetti, são frequentemente mencionados como geradores de uma tecnocracia que emergiu em Minas a partir dos anos 30. Ora, é questionável caracterizar a eles próprios como 'técnicos' no sentido e com as implicações que esse conceito possui politicamente. Mais que uma nova classe, como querem os proponentes da tese tecnocrática, a 'tecnocracia' revela-se a um exame cuidadoso como braço político de um sistema de interesses que tem na burguesia o seu foco.

Não avançamos até o período posterior a 1964, que se toma como a fase de afirmação da 'tecnocracia' na cena política brasileira. Pode-se indicar, todavia, que após o golpe os deslocamentos políticos subsequentes constituíram o triunfo do tecnocrático. As características empresariais do novo regime, mesmo mantendo no prosaísmo sua face militar, tornaram-se evidentes desde logo, com as importantes reformulações institucionais do governo Castelo Branco. O mesmo sucedeu em Minas, já que é nessa fase que se dá efetivamente o *take-off* industrial no estado.

Para ilustrar o fenômeno apresentamos no Quadro I uma amostragem de alguns dos mais influentes quadros técnicos da administração mineira desde os anos 60, discriminando suas funções de governo (em alguns casos também no Legislativo) e suas vinculações empresariais, tanto no setor público quanto no setor privado.

O quadro evidencia as características de polivalência a que aludimos nesta seção. Os doze administradores que selecionamos ocuparam cargos de direção em empresas públicas ou equivalentes, sendo que a maior parte esteve ligada ao aparelho público de apoio à industrialização (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais/CEMIG/Instituto de Desenvolvimento Industrial/Companhia de Distritos Industriais). Em segundo lugar o quadro mostra a presença desses administradores em funções estratégicas de governo, normalmente as pastas econômico-financeiras, que são ocupadas sucessivamente por eles em diferentes períodos governamentais. Em terceiro lugar, temos aí uma noção do fenômeno da circulação entre as funções públicas e a empresa privada a que demos ênfase, que, a nosso ver, é um dos componentes fundamentais do sistema de "anéis" que assinala a organização política brasileira. Em quarto lugar, os nomes de nossa amostra perpassam diversas fases políticas, levando a considerar o grau de estruturação do tecnocrático em face de circunstâncias políticas cambiantes na sociedade. Esse último aspecto nos proporciona um comentário um pouco maior, que apresentaremos a seguir.

27. CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e Democratização* (Rio de Janeiro: Paz e Terra), 1975, p. 181-184 e 208-209. Sobre a CONSULTEC e a atuação de Lucas Lopes no governo, v. DREIFUSS, René, 1964..., especialmente p. 86-93.

QUADRO I  
FUNÇÕES POLÍTICAS E VINCULAÇÕES EMPRESARIAIS DE DOZE TECNO-EMPRESÁRIOS  
MINEIROS SELECIONADOS, COM ATUAÇÃO NO PERÍODO 1961-1988.

NOME	FUNÇÕES POLÍTICAS	VINCULAÇÕES EMPRESARIAIS		
		PÚBLICAS	EMPRESARIAS	PRIVADAS
Celso Melo de Azevedo (1915- )	Prefeito de Belo Horizonte (55-59) Secretário de Desenvolvimento Econômico (64) Secretário de Obras Públicas (62-63)	CEMIG, presidente (61-65) Companhia de Distritos Industriais/CDI, presidente (79-82) Açominas, presidente (88- )	Construtora Melo de Azevedo, presidente (43-) Deutz-Minas/Demisa, presidente (62) Banco Agrícola de M.G., diretor (70-71) Socafé, presidente (73) Federação das Indústrias de M.G., diretor	
Luiz Cláudio de Almeida Magalhães (1923- )	Prefeito de Machado (47) Secretário do Planejamento (68-69) Secretário da Fazenda (70-71) Assessor do Ministro das Minas e Energia (79-81) Diretor-Técnico da OIade - Organização Latino-Americana de Energia, em Quito (82-84)	CEMIG, engenheiro (53-64); diretor e vice-presidente (64-68 e 71-74) ERMIG/Eletrificação Rural de M.G., organizador e diretor (65) Furnas Centrais Elétricas, presidente (74-78)	MAFERSA, engenheiro-chefe (51-53) Centro das Indústrias da Cidade Industrial, presidente (68-70) Banco Mercantil do Brasil, diretor (84- )	
José Hugo Castelo Branco (1925-1988)	Vereador em Lavras (48-51) Oficial de Gabinete da Presidência (61) Deputado Estadual (63-67) Ministro-Chefe do Gabinete Civil (85-86) Ministro da Indústria e do Comércio (86-88)	BDMG, presidente (83-85) BEMGE, presidente (84-85)	JH Empreendimentos Imobiliários, proprietário Cla. de Cimento Portland Paraiso, diretor (69-73)	
João Camilo Pena (1925- )	Secretário da Fazenda (75-79) Ministro da Indústria e do Comércio (79-84)	CEMIG, engenheiro (51-61), diretor (61-66) Furnas Centrais Elétricas, presidente (85-89) BDMG, fundador e presidente (83-86)	Mannesmann, conselheiro (88- )	
Paulo Camilo de Oliveira Pena (1926-1976)	Secretário Particular do Governador (61-63) Secretário do Planejamento (75-76)		Banco Nacional de M.G., assessor (59-61) diretor (68-70) Unibanco, superintendente em M.G. (71-74)	
Lúcio de Souza Assumpção (1930- )	Secretário da Fazenda (74-75)	CEMIG, engenheiro (53-55) BDMG, presidente (71-74) Usiminas, diretor (76-79)	Estruturas de Concreto Ltda, diretor (56-64) Construtora Cidade Nova, diretor Fiat Automóveis, presidente do Conselho Associação Comercial de MG., presidente (88- )	
Gil César Moreira de Abreu (1932- )	Vereador em Belo Horizonte (73-77) Deputado Estadual (83-87) Secretário das Minas e Energia (84-85) Deputado Federal (87- ) Secretário de Assuntos Metropolitanos (88- )	EBTU/Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, diretor de operações (79-82)	EITEA/Escritório Técnico de Engenharia e Administração, diretor Ultrapar Companhia de Seguros, diretor Serviços de Engenharia Emilio Baumgart, diretor-adjunto	
Fernando Roquette Reis (1932-1983)	Diretor do Banco Central (69-71) Secretário da Fazenda (71-74)	BDMG, diretor (63-68) Vale do Rio Doce, presidente (74-78)	Café Solúvel Brasília	
Alysson Paulinelli (1936- )	Secretário da Agricultura (71-74) Ministro da Agricultura (74-79) Deputado Federal (87- )	BEMGE, presidente (79-83)	Sociedade Mineira de Agricultura, pres. (63-87) Confederação Nacional da Agricultura/CNA, presidente (87- )	
Paulo Valadares Versiani Caldeira (1937- )	Secretário do Planejamento (73-75)	BDMG, diretor (66-68) INDI, diretor (68-73) Fundação João Pinheiro, presidente (71)	Mecânica Brasileira, superintendente (75) Minas Agropecuária, diretor (76- )	
Luiz Rogério Mitrud de Castro Leite (1937- )	Diretor de Orçamento, Sec. da Fazenda (69-71) Secretário-Adjunto da Fazenda (71-74) Secretário da Fazenda do Rio de Janeiro (75-79) Secretário da Fazenda de Minas Gerais (83-84)	BDMG, técnico (68) Banco do Brasil, diretor (85-88)	Empresas Ruy Barreto, superintendente-geral (79-81) Associação Comercial de Minas, assessor (81) Café Solúvel Brasília, diretor (88- )	
Márcio Garcia Villela (1938- )	Chefe da Assessoria do Governador (71-72) Secretário de Governo (75-78) Secretário da Indústria e do Comércio (78-79) Secretário da Fazenda (79-82)	PRODEGE/Cia. de Processamento de Dados do M.G., fundador e presidente (73-75) BEMGE, diretor (73-75) BEMGE, presidente (83-84)	Banco Rural de M.G., presidente (84-88) Banco Rural de Investimentos, presidente (88- ) FNB (Grupo Fiat), presidente (88- ) Centro das Indústrias de M.G., vice-pres. (89- )	

1930 é convencionalmente tomado como o momento inicial do processo de modernização de que tratamos neste texto. Desse ano até hoje o país conheceu uma série de regimes políticos: o governo provisório, o regime constitucional de 1934-37, o Estado Novo, o regime de 1946, o regime de 1964 e o atual. Diferentes sistemas partidários, por sua vez, foram montados e desmontados.

Analisando-se a conexão empresariado/Estado em termos dessas mudanças políticas e partidárias, pode-se estabelecer uma sucessão de formas assumidas por essa relação, da qual se pode extrair uma tipologia. Esboçaremos esses tipos com referência ao caso mineiro, ressaltando porém que em linhas gerais caberia ampliar esse esboço para o nível nacional.

Tomando os anos 30 como ponto de partida, vemos nessa fase constituir-se um setor desenvolvimentista no aparelho estatal mineiro. O tipo correspondente é o do político com visão modernizante, que, dadas as características da época, é um alto funcionário "político", não se assumindo como "técnico". Membro da elite tradicional, ele serve como ponte entre um sistema político ainda fortemente oligárquico e os interesses emergentes. Israel Pinheiro, Secretário da Agricultura, está em ligação direta com as "classes produtoras": vêmo-lo atuante no IV Congresso Comercial, Industrial e Agrícola (1935), mobilizando o empresariado para o aparelhamento econômico do estado que sua pasta buscava promover.<sup>28</sup> Ovídio de Abreu, Secretário das Finanças, é o elo entre o governo estadual e o sistema bancário em expansão.<sup>29</sup>

A implantação do Estado Novo cria condições para o surgimento de uma tecnoburocracia da qual vai surgir a primeira geração de tecno-empresários propriamente ditos. O padrão corporativo do regime, a ênfase que atribui à produção e ao trabalho, são aspectos que reforçam a posição do empresariado e lhe abrem acesso ao sistema decisório, embora por via corporativa, "apolítica". E que limitam a influência da elite tradicional, em baixa pela proscricção das instituições eleitorais e partidárias. Ademais, a índole racionalizante do regime conduz a um início de tecnificação do governo e à prática, ainda tentativa, do planejamento. O tipo de tecno-empresário de primeira geração é bem representado por Lucas Lopes, e também, com características mais empresariais, por Euvaldo Lodi e Américo Giannetti.

A abertura de 1945 resulta em Minas na consolidação de uma dupla tendência. De uma parte, com a restauração da política aberta, a volta de partidos e de governos partidários. Mas, de outro lado, o aprofundamento da estratégia desenvolvimentista, a introdução do planejamento mais integrado, a conquista de maiores espaços pelo tecno-empresariado. As duas tendências, com efeito, se acoplaram, redundando na formação de agrupamentos tecno-empresariais alternativos, correspondentes à bipolaridade partidária da política mineira. Os administradores e empresários ativos no Estado Novo vão formar no PSD, enquanto a abertura gera um setor alternativo, alinhado com a UDN. O grupo tecno-empresarial do PSD compõe-se de Israel Pinheiro, Ovídio de Abreu, Lucas Lopes, Amaro Lanari Júnior, Euvaldo Lodi, Maurício Bicalho, Demerval Pimenta, João Quadros, Jofre Gonçalves de Souza, Odilon Dias Pereira, Joubert Guerra, Edison

28. VIEIRA, Evantina P. *op. cit.*, cap. III.

29. COSTA, Fernando Nogueira. "Bancos em Minas Gerais (1889-1964)". Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1978.

Alvares da Silva. O grupo da UDN reúne Américo Giannetti, Magalhães Pinto, Cândido Naves, Jonas Barcelos Corrêa, José Cabral, Darcy Bessone, Celso Melo de Azevedo, Paulo Lima Vieira, Paulo Camilo Pena, Caio Mário da Silva Pereira.

É interessante notar que ambos os dois grandes partidos se articulam com o meio empresarial, através de políticos-empresários ou políticos-tecno-empresários. O mesmo ocorre com os demais partidos, sendo que destes destacavam-se em Minas o PR e o PTB como agremiações de peso, embora secundárias em face do PSD e da UDN. É curioso, a propósito, o fato de o PTB ter abrangido em seus quadros um número não negligenciável de empresários. Fenômeno, aliás, observável em vários estados e desde a fundação do partido. Se em São Paulo o PTB começa com Hugo Borghi, em Minas seu primeiro grande nome é Otacílio Negrão de Lima. É verdade que ambos, por razões distintas, desligaram-se do partido ainda em seus primórdios, mas a presença de empresários no PTB continuou ao longo da vida do partido, tanto como dirigentes quanto como representantes no Parlamento e mesmo no ministério. No caso de Minas, dentre os representantes do PTB no Congresso Nacional figuraram Lúcio Bittencourt, San Thiago Dantas, Mário Palmério, Walter Ataíde, Mendes de Souza. Após 1979, o partido é reorganizado em Minas por dois empresários, Aquiles Diniz e José Hugo Castelo Branco, ambos ex-parlamentares.

A conexão partidos/empresários pode ser estudada também em outro nível. Nas eleições para Prefeito de Belo Horizonte entre 1950 e 1962, a UDN lançou seguidamente a candidatura de líderes empresariais expressivos: em 1950, Américo Giannetti; em 1954, Celso Melo de Azevedo; em 1958, Renato Falci; em 1962, Nilton Veloso. Todos dirigiram entidades de classe. Em Juiz de Fora, um colégio eleitoral de características "modernas", o mesmo ocorria em diversos partidos. Os grandes clãs empresariais do interior do estado se alinhavam partidariamente, por razões ao mesmo tempo de domínio local e de espaço político-econômico no plano estadual e federal. Exemplo disso é dado pelos Peixoto, de Cataguazes, e pelos Junqueira, de Leopoldina, estudados por Juarez Brandão Lopes.<sup>30</sup>

Ao longo desse período observa-se o aparecimento de um novo tipo de administrador público, que é aquele designado como 'tecnocrático' em diversas análises. Podemos considerá-lo como o tecno-empresário de segunda geração. Em Minas esse tipo começou a se estruturar em torno da CEMIG, fundada em 1952; com a criação do BDMG, em 1962, e posteriormente do INDI, o seu perfil se consolida, para ganhar contornos definitivos com a modernização da Secretaria da Fazenda (a que Luiz Aureliano Andrade atribui justificada ênfase) e com a racionalização de todo o sistema governamental nos anos 70.

Essa categoria difere dos tipos anteriores sob vários aspectos. Primeiro, assume uma identidade técnica por oposição à política convencional (tida como 'irracional', ou seja, antagônica a critérios de racionalidade que norteiam a perspectiva técnica). Segundo, não está organicamente ligada à política partidária, embora seus membros possam estar pessoalmente ligados a lideranças políticas específicas. E, além disso, sua origem é frequentemente acadêmica; entre os engenheiros da CEMIG e os economistas do BDMG estão nomes destacados de uma nova geração de professores e pesquisadores que procuram levar à prática conhecimentos adquiridos através de preparo acadêmico sistemático. Não se trata aí de algo totalmente novo, uma vez que

30. LOPES, Juarez Brandão, *Crise do Brasil Arcaico* (São Paulo: Difusão Européia do Livro), 1967.

desde a fundação da Escola de Minas de Ouro Preto (1875) tal fluxo tinha lugar no campo da Engenharia. O que é novo é a perspectiva de planejamento, que vai além de limites setoriais para atingir uma escala macro-econômica. O corpo técnico da CEMIG, por exemplo, incumbiu-se de superar o atraso energético de Minas - sua missão específica - mas foi logo além, tratando de induzir a industrialização do estado<sup>31</sup> Dessa preocupação nasceria o INDI, uma agência politécnica de promoção de investimentos e captação de capitais, sobretudo externos<sup>32</sup> O BDMG, por seu turno, inclui desde logo em sua estrutura um influente Departamento de Estudos e Planejamento que se volta para pensar a economia regional.<sup>33</sup>

A segunda geração de tecno-empresários se afirma politicamente em circunstâncias históricas que reproduzem em estágio mais avançado certos traços do processo do Estado Novo a que fizemos menção. O regime de 1964 buscou de início construir o que o Marechal Castelo Branco denominou "capitalismo maduro" e isso pressupunha um vasto esforço de racionalização - tecnificação - do Estado e da própria sociedade. O saneamento ou "limpeza" a que o regime se propôs não se voltava apenas contra as esquerdas e os setores populares organizados: tratava-se também de remover a irracionalidade que se atribuía à gestão dos políticos. O regime fracassou em criar um novo padrão de política e de quadros políticos, mas criou condições para a expansão de quadros técnicos que iriam ocupar espaços importantes no aparelho de Estado. Esses quadros se encarregaram de operar o modelo segundo uma lógica empresarial (vale dizer, racional, "apolítica"), uma vez que seu ponto de referência maior era a articulação Estado/grande capital, sobre a qual repousava o projeto de transformar o Brasil num país de economia avançada com *status* de potência pelo menos intermediária no cenário internacional. Dadas as características da gestação e da inserção desses quadros técnicos no sistema, eles são aproveitados em múltiplas funções públicas ao longo do tempo, alternando-as frequentemente com funções do setor privado. Eles como que personificam em si mesmos e em suas carreiras a relação de complementariedade do Estado com o grande capital.

O processo de abertura veio a reintroduzir o ingrediente político e a atenção para as demandas sociais, a que o Estado tecnificado é alheio por definição. Entretanto, o caráter da abertura, que se reflete na presente reconstrução institucional, é o da transição pactuada: um jogo intrincado entre uma oposição expansiva e um regime envelhecido mas ainda capaz de determinar condições estratégicas da mudança. Na medida em que o atual regime é fruto desse arranjo, ele apresenta fortes traços de continuidade institucional, e um deles reside na estrutura tecno-empresarial. Assim como se poderia falar de um tecno-empresariado da ARENA/PDS, pode-se falar hoje de um tecno-empresariado do PMDB e do PFL, situacionistas da atualidade.

31. Assinala Campolina Diniz que "embora toda a filosofia que deu origem à criação da CEMIG estivesse baseada no propósito de superar o estrangulamento de oferta energética para que o Estado pudesse se industrializar, a partir de Furnas e de Três Marias" (isto é, da disponibilidade abundante de energia elétrica) "a industrialização deixou de ser um objetivo e passou a ser uma condição para o sucesso da CEMIG como empresa capitalista. Sua expansão futura dependia da expansão do mercado e para isso impunha-se o crescimento da indústria". *Op. cit.*, p. 93.

32. Sobre o INDI, V. BRITO, Fausto. "O Estado Tutelar: O INDI e a Industrialização na Década de 70", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 58, jan. 1984.

33. DINIZ, C. Campolina, *op. cit.*, pp. 153 ss.

No caso de Minas, a ascensão do PMDB ao governo estadual em 1983 abriu caminho para uma nova convivência entre políticos, técnicos e empresários. Os últimos mantiveram o controle do aparato econômico-financeiro, incluindo as empresas estatais, as agências-chave e os bancos estaduais. Aos quadros herdados do período anterior (o tecno-empresariado da ARENA/PDS), em grande parte conservados, somaram-se novos personagens, que ascenderam com a transição, cujas características básicas equivalem às de seus antecessores. Tancredo Neves, governador de março de 1983 a agosto de 1984, procurou estabelecer o novo arranjo, cuidando para que não ocorresse uma ruptura com o *statu quo ante*. Assim, convocou para as pastas do Planejamento e da Fazenda respectivamente Ronaldo Costa Couto e Luiz Rogério Mitraud de Castro Leite, ambos egressos de administrações da ARENA em Minas e no Rio de Janeiro (governo da fusão, entre 1975 e 1979). Para os bancos recrutou tecno-empresários ligados ao seu partido ou ao setor liberal do PDS, liderado por Aureliano Chaves, que se transformaria na Frente Liberal. E para a CEMIG, Mário Bhering, que presidira a empresa e a Eletrobrás no período pós-64. A gestão Hélio Garcia, que sucedeu à de Tancredo Neves, apresentava marca mais definitivamente empresarial. Indicaria essa feição do governo de Minas o aparecimento de um novo tipo em nossa classificação, correspondente à presença mais ostensiva do empresariado no governo? Essa indagação ganha relevância se retomamos a idéia, aventada no início deste trabalho, da relação entre a transição política e a construção de uma hegemonia burguesa no país. É provavelmente prematuro arriscar qualquer afirmação nesse sentido, mas há sinais que permitem contemplar tal possibilidade.

#### A AÇÃO DA BURGUESIA ORGANIZADA

Convém considerar ainda dois outros aspectos relativos à conexão empresariado/política: o papel das organizações de classe e o tema da formação das elites empresariais.

Começemos pelas organizações de classe da burguesia. Como vimos atrás, as primeiras associações mineiras datam da virada do século. Sua história, já longa, oferece uma perspectiva do crescimento da classe empresarial, de sua visão da realidade e da formulação de seus objetivos no plano da política e da sociedade.

Assim, de um papel inicialmente limitado e precário, tais associações vão assumindo maior consistência ao longo da Primeira República e já nos anos que antecedem 1930 sua ação política é bastante nítida. Evantina Vieira chama a atenção para o fato de que nos anos 20 constituiu-se uma vanguarda empresarial em Minas que interligava as associações (Associação Comercial, Sociedade de Agricultura, Centro das Indústrias, etc.) e alguns dos mais importantes grupos econômico-financeiros.<sup>34</sup> Composta por lideranças das organizações de classe, tal vanguarda começou a traduzir em objetivos políticos as necessidades do empresariado. O sentido geral era o de ampliar o campo das elites reconhecidas - que politicamente eram confinadas ao âmbito do PRM, a máquina oficial - para comportar novos e específicos interesses: aqueles do comércio, da indústria e da agricultura, organizados como classe. É importante frisar este ponto, pois o que se observa nessa fase é algo como a afirmação da burguesia como classe

34. VIEIRA, Evantina P., *op. cit.*, cap. I.

para si, que trata de se diferenciar política e ideologicamente do sistema oligárquico a que até então os homens de negócio se ligavam de forma difusa. Essa busca de autonomia é sintoma de dificuldades no relacionamento da burguesia com o Estado tal como se vinha processando, e vai conduzir a uma nova concepção do Estado por parte da burguesia e a uma nova concepção de seus objetivos face ao Estado.

A ação da burguesia organizada, a partir de então, desenvolve-se em dois planos. Um, interno, de mobilização e agregação dos interesses da própria classe, com vistas ao seu fortalecimento e ao aumento de sua influência. Outro, externo, de afirmação desses interesses no âmbito da sociedade e sobretudo no do Estado.

Ao longo da década de 20, as elites empresariais se esforçam por atuar nos dois níveis. Internamente, tratam de expandir ao máximo o âmbito de sua organização, estimulando a criação de entidades nas diversas regiões do estado, buscando consolidar a união das frações empresariais e intensificando o alistamento eleitoral de seus membros. Externamente, buscam instrumentos de promoção de seus objetivos. Um deles é a eleição de líderes empresariais para cargos de representação política. Em 1927 foi lançado o empresário Lauro de Oliveira Jacques, da Associação Comercial, para uma vaga de deputado federal na chapa do PRM. Sua eleição adquiriu valor simbólico como marco da infiltração política da burguesia organizada no sistema de poder.

Outro instrumento importante foi a realização de Congressos das "classes produtoras". No final da década de 20 realizaram-se dois desses conclaves, que de certa forma constituíam o prosseguimento de uma iniciativa pioneira tomada em 1903 por João Pinheiro: o I Congresso Comercial, Industrial e Agrícola<sup>35</sup> O II Congresso, realizado em 1928, e o III Congresso, de 1930, serviram para reforçar uma estratégia de frente única na defesa dos interesses da classe e para promover sua intervenção política frente ao Estado. Desses Congressos participavam a nata do empresariado estadual e importantes quadros políticos ligados ao partido oficial, inclusive membros da administração. Obtinha-se vasta cobertura de imprensa, transmitindo-se assim as teses e proposições apresentadas no decorrer dos trabalhos.

A partir da ruptura de 1930, o cenário se modifica. A década de 30, particularmente em sua primeira metade, foi um período de transição e de incerteza para todos os atores, inclusive para a burguesia. Se, de um lado, a queda do velho regime representava a desobstrução do caminho para a modernização, de outro lado os embates ideológicos da época criavam uma realidade nova. Pode-se discernir, nas manifestações do empresariado mineiro, uma ênfase na promoção de uma "cultura" capitalista, empresarial, como veículo para o desenvolvimento do país. Fala-se reiteradamente da produção e do trabalho, analogamente aliás ao discurso oficial. E visualiza-se a modelagem de uma nova sociedade, impregnada dos valores das "classes produtoras".

Na primeira metade da década de 30 o problema organizacional básico se referia ao enquadramento no esquema corporativista instituído pelo Governo Provisório. De uma resistência inicial - que caracterizava a busca de um *status* privilegiado de autonomia em relação ao proletariado - passou-se em certo momento à sindicalização massiva de organizações empresariais. A causa principal disso tinha provavelmente a ver com os critérios de escolha dos representantes classistas na Constituinte de 1934: só

participariam entidades oficializadas. Por outro lado, definiu-se uma feição organizacional que persiste até hoje, com o enquadramento de entidades-chave no modelo oficial e a manutenção da autonomia de outras. Assim, a Federação das Indústrias (sucudânea do Centro das Indústrias de Minas Gerais) torna-se uma entidade sindical nos moldes oficiais, ao passo que a Associação Comercial se mantém como associação civil. Esse formato tem resultados importantes, fruto que era de uma visão estratégica. Essas duas entidades, provavelmente as mais importantes da burguesia mineira, atuam de forma diferente e complementar: a FIEMG funciona mais internamente, organizando o setor industrial e armando-o para os conflitos com outros setores (particularmente com o operariado organizado). A Associação Comercial funciona mais externamente, como fórum de debates e deliberações sobre política econômica, como *lobby* em face do Estado e como centro de convergência do que se poderia chamar de projeto empresarial, assim como de núcleo de divulgação social do pensamento empresarial. A Federação do Comércio, o Sindicato dos Bancos e a Federação da Agricultura, criadas posteriormente, vieram completar o aparato sindical da burguesia, reportando-se todos porém à Associação Comercial como o *locus* de organização e ação autônoma no plano político mais amplo.

A defesa da representação classista, por parte do empresariado, correspondia tanto aos seus interesses quanto à sua visão do mundo enfatizada nos anos 30. As entidades mineiras levaram à Constituinte de 1934 uma representação de três membros, entretanto forte pela sua expressão: Euvaldo Lodi, João Pinheiro Filho e João Jacques Montandon.<sup>36</sup> Lodi, em especial, foi participante ativo da Constituinte, tendo integrado a Comissão dos 26, o organismo-chave dos trabalhos.

As frentes de ação política nesse momento são múltiplas. Defende-se a representação classista. Apoiava-se candidatos dos partidos principais comprometidos com os interesses empresariais. Merece destaque, contudo, um esforço de organização partidária tipicamente empresarial: a fundação do Partido Economista em 1932<sup>37</sup> Criado no Rio de Janeiro, esse partido logo tem seu núcleo formado em Minas. A chapa que apresenta para a Constituinte é uma espécie de listagem exaustiva da liderança empresarial mineira no que ela tinha de mais expressivo. Nenhum de seus candidatos foi eleito, e a experiência de organização partidária autônoma não foi avante. Insucesso? As poucas informações sobre essa tentativa não permitem ver claro, mas é possível pensar que não era objetivo realista naquele momento fazer frente aos grandes partidos, o PRM e o nóvel Partido Progressista, da situação. Talvez o grande objetivo da campanha do Partido Economista fosse servir de canal para a organização da classe e para a divulgação de seus objetivos, afirmando por outro lado a vanguarda empresarial como interlocutora política do sistema.

O ambiente de relativa incerteza gerado pelo movimento de 1930 começa a dissolver-se com a reconstitucionalização. Em pouco, um processo de fechamento político vai se desenrolando até culminar com o Estado Novo. À medida que tal ocorre,

36. Euvaldo Lodi foi diretor da FIEMG e da Associação Comercial e representava os industriais mineiros na Confederação Industrial do Brasil, de cuja direção fez parte antes de se tornar presidente da Confederação Nacional da Indústria em 1938. João Pinheiro Filho figurou na primeira diretoria da FIEMG (1933) e foi eleito vice-presidente da CIB em 1934, integrando igualmente a Associação Comercial de Minas. João Jacques Montandon presidia na época a Sociedade Mineira de Agricultura e também a Comissão de Discussão da Constituinte, criada em 1932 pela Associação Comercial. Cf. VIEIRA, Evantina P. *op. cit.*, cap. II.

37. Sobre o Partido Economista, v. CARONE, Edgar, *A República Nova (1930-1937)* (São Paulo: Difel), 1974, pp. 193-94.

35. V., sobre isso, "O Congresso Agrícola Comercial e Industrial de 1903", *Revista FJP* (Fundação João Pinheiro), vol. 11, n. 5/6, maio/junho de 1981; e WIRTH, John D. *op. cit.*, cap. 2.

observa-se crescente convergência do empresariado com o Estado. Este, por suas manifestações, responde positivamente aos objetivos político-ideológicos da burguesia, endossando a construção de uma sociedade renovada com base na produção e no trabalho. Para tanto, o regime autoritário significa uma garantia de paz e ordem.

Por outro lado, a incorporação de metas modernizantes pelo Estado, para fazer face à crise econômica, acentua essa convergência uma vez que os empresários se vêem como agentes fundamentais desse processo.<sup>38</sup> Em Minas, um momento importante dessa articulação é o IV Congresso Comercial, Industrial e Agrícola (setembro de 1935), que foi talvez a mais consistente de todas essas reuniões, dado o momento histórico. Preparado por uma comissão organizadora que reunia os presidentes das três grandes associações classistas (ACM, FIEMG e SMA), o Congresso foi precedido da criação de comissões técnicas permanentes de que faziam parte vultos expressivos à época ao lado de membros que se notabilizariam mais tarde na vida nacional.<sup>39</sup> Reitera-se, no decorrer do Congresso, o tema da união da classe e o entrelaçamento de suas organizações, rumo a uma nova correlação de forças políticas. Mas o grande tema foi o da industrialização, sobretudo no tocante à defesa do projeto da grande siderurgia, o maior sonho da burguesia mineira, desfeito com a localização da CSN em Volta Redonda anos depois. A discussão do assunto aponta para uma nova visão do papel do Estado no desenvolvimento da indústria. Posição nova, de defesa da ampliação do intervencionismo, que reflete, segundo Evantina Vieira, a progressiva aproximação com o governo.<sup>40</sup>

A articulação burguesia-Estado fica cada vez mais clara traduzindo-se na participação empresarial em órgãos técnicos, que serviam à classe como canais de influência corporativa na política e na administração. A criação de órgãos técnicos foi uma reivindicação do IV Congresso dirigida ao governo de Minas, o qual, nesse particular, estava defasado em relação ao governo federal. De resto, tal preocupação por parte do empresariado revelava o seu abandono da via político-partidária e o seu engajamento em objetivos alternativos, que ajudará a pavimentar o caminho para o autoritarismo.

O eixo assim estabelecido entre a burguesia e o Estado consolida-se e se expande nas fases posteriores. Já fizemos menção ao caráter deliberado do processo de diversificação econômica de Minas. Foi implementada uma política relativamente coerente, em etapas sucessivas, sem que a alternância de partidos no governo implicasse solução de continuidade. Os marcos desse processo foram:

- 1) a implantação da Cidade Industrial (início dos anos 40);
- 2) a introdução do planejamento econômico global (fim dos anos 40);
- 3) a superação de obstáculos infra-estruturais, com a criação da CEMIG e a expansão da rede viária (anos 50);
- 4) a implantação da USIMINAS (fim dos anos 50 e começo dos 60);
- 5) a montagem do aparato estatal de apoio à industrialização, através da criação do BDMG, do INDI e outros órgãos (anos 60).

<sup>38</sup> Cf. VIEIRA, Evantina P. *op. cit.*, cap. III.

<sup>39</sup> Entre os membros das comissões técnicas estavam: Américo Giannetti, Alberto Deodato, Afonso Arinos, Athos de Lemos Rache, Cristiano Guimarães, Demerval Pimenta, Euvaldo Lodi, José da Silva Brandão, Magalhães Pinto, Tancredo Neves, Octacílio Negrão de Lima e Daniel de Carvalho. *Id.*, *ib.*, cap. III.

<sup>40</sup> *Id.*, *ib.*, cap. III.

O que importa assinalar, sobre isso, é o papel ativo do empresariado, sobretudo através das suas associações de classe, no avanço desse processo. A idéia da Cidade Industrial já havia sido ventilada no Congresso de 1935. A criação da CEMIG deveu-se em boa medida ao concurso do empresariado em suporte ao governo estadual. A construção de estradas, por sua vez, representava a oportunidade de crescimento para as empreiteiras mineiras, que tiveram nas administrações Kubitschek (a estadual e a federal) um momento de grande impulso. A implantação da USIMINAS representou uma espécie de resgate, por parte do governo federal, da esperança depositada pela burguesia mineira no projeto da grande siderurgia. Foi uma decisão política, que respondia a intensa pressão da burguesia regional.<sup>41</sup> A criação do BDMG originou-se de uma campanha da FIEMG para que o BNDE criasse agências regionais, e foi preparada por estudos da equipe técnica da FIEMG.<sup>42</sup> O mesmo se pode dizer do projeto AÇOMINAS, que reproduziu em linhas gerais a história da USIMINAS (definição política do governo Geisel, respondendo a pressões do governo estadual que, por sua vez, se fazia porta-voz do empresariado organizado).

Por outro lado, já especificamos de que maneira a administração mineira, ao longo desse período, passou a contar sistematicamente com a presença de dirigentes empresariais em cargos-chave, ou seja, as pastas do setor econômico-financeiro. Além dessas lideranças, os quadros técnicos que se expandiam no interior do Estado eram, via de regra, organicamente ligados ao setor empresarial, como também procuramos evidenciar na seção anterior.

Em outras palavras, a ação da burguesia organizada se processou tanto pela iniciativa bem sucedida de pressões e campanhas desenvolvimentistas, quanto pela sua presença direta no sistema decisório (através de líderes empresariais recrutados para o governo) ou ainda pelas conexões indiretas com um corpo técnico governamental identificado com as demandas e as necessidades da classe.

Consideremos ainda um outro nível de ação política da burguesia, ilustrado pelo movimento de 1964. Como mostra Heloísa Starling, verificou-se nessa conjuntura uma estruturação de forças de longo alcance, em que o papel da burguesia organizada foi crucial para o desenlace da crise a favor dos interesses do grande capital. Num momento-chave como esse, a vanguarda empresarial assume a natureza de um verdadeiro estado-maior da burguesia, configurado no eixo IPES - "Novos Inconfidentes" estudado pela autora.<sup>43</sup> Aí temos uma outra faceta de sua ação: aquela voltada para a apropriação do Estado enquanto tal, face a antagonismos de classes "perigosas" e à inadequação dos quadros políticos convencionais para continuarem a conduzir o processo.

A recomposição de forças produzida por essa crise, se resultou em prejuízo do empresariado mais tradicional, impotente para proteger-se do avanço da oligopolização, foi por outro lado muito favorável ao grande e médio capital, o qual iria dentro de alguns anos experimentar as benesses do *boom* industrial mineiro da década de 70. Tradução regional do "modelo brasileiro" adotado em 1964, esse *boom* representou o clímax do

<sup>41</sup> DINIZ, C. Campolina, *op. cit.*, pp. 85-88.

<sup>42</sup> *Id.*, *ib.*, pp. 149-150.

<sup>43</sup> STARLING, Heloísa M. Murgel. *op. cit.*

processo que vimos discutindo. É certo que a crise econômica desde o final dos anos 70 veio pôr um freio ao notável crescimento que se vinha verificando,<sup>44</sup> mas não se deve ignorar que a essa altura a fisionomia do parque industrial mineiro já estava significativamente modificada, de tal modo que a conexão empresariado/Estado - suporte de todo o processo - podia já considerar-se bem sucedida quanto à recuperação econômica do estado e ao aumento de seu peso no sistema produtivo nacional. Que, por seu turno, é fator importante do peso de Minas no cenário político federal, aspecto que constitui preocupação constante das elites mineiras, inclusive em função da possibilidade de incrementar o próprio crescimento econômico do estado.

## A FORMAÇÃO DO EMPRESARIADO

O último tema que nos propomos a examinar relaciona-se com a formação do empresariado mineiro. Formação entendida duplamente, como origem social e como socialização. Os dois aspectos podem ser vistos articuladamente e por isso vamos incluí-los nesta última seção de nosso trabalho.

Qual a extração social da burguesia mineira? Diferentemente de São Paulo, onde a imigração desempenhou papel importante na constituição tanto do empresariado quanto do operariado, Minas Gerais era e é uma região de emigrantes, cujo saldo migratório é pronunciadamente negativo. A fonte social principal do empresariado é a própria oligarquia tradicional, através de um processo de diferenciação funcional de seus membros componentes. Uma evidência desse fato reside no cruzamento dos nomes de empresários, tecno-empresários e dirigentes de classe com a relação de "famílias governamentais" sugerida por Cid Rebelo Horta.<sup>45</sup> Essas são grupos de parentela que abrangem parte substancial do poder político em Minas ao longo do tempo.

A segunda fonte importante do empresariado é a classe média profissionalizada, que ascende ao patamar da classe dominante em virtude de qualificação específica. Entre os empresários compreendidos nessa categoria estão inclusive alguns descendentes de imigrantes, os Giannetti, os Lodi, etc. A referência a essa categoria nos levará a contemplar a função das escolas formadoras de quadros técnicos em Minas. Antes, porém, examinemos um pouco mais a questão do vínculo oligarquia/burguesia.

Trata-se de questão relevante para se discutir o exo entre a classe dominante e o Estado. As raízes oligárquicas do empresariado, uma vez constatadas, levam a indagar sobre a inserção prévia da oligarquia em atividades econômicas. Recordemos, a propósito, que é sobre este ponto que se centra o debate da tese patrimonialista contra a tese representacional, ambas referidas à Primeira República.

Nessa fase mesma, que corresponde ao apogeu do 'coronelismo', encontramos muitas conexões da elite política com o setor produtivo. E não só com a cafeicultura ou mesmo com a agropecuária de modo geral, que são os setores usualmente relacionados por muitos autores à oligarquia. Claro, resta estabelecer o grau em que sua ação refletia

44. "No período 1970/77, Minas Gerais absorveu 25% dos investimentos industriais do país. (...) O crescimento industrial do Estado saltou de 6,9% ao ano na década de 1960 para 16,5% no período 1970/77." DINIZ, C. Campolina., *op. cit.*, p. 243.

45. HORTA, Cid Rebelo. "Famílias Governamentais de Minas Gerais", in *Segundo Seminário de Estudos Mineiros (Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais), 1956.*

tais vinculações, ou, inversamente, o grau em que essa elite, no Estado, seguia outra lógica, sobretudo a lógica do clientelismo, apartada de interesses sócio-econômicos.

Seja como fôr, em muitos casos a fronteira entre oligarquia política e empresariado não é muito nítida. Um desses casos é o de Ribeiro Junqueira, um líder político da Zona da Mata que Wirth rotula de "supercoronel", ativo de 1895 a 1937, e que foi um dos principais empresários de Minas: cafeicultor, banqueiro, industrial, Junqueira foi inclusive diretor de uma companhia carbonífera em Santa Catarina.<sup>46</sup>

Outro caso é o de Antônio Carlos, para ficarmos com exemplos nacionalmente conhecidos. Embora não fosse ele próprio um homem de negócios, sua articulação com a elite empresarial de Juiz de Fora sempre esteve na base de sua carreira política. Naquela cidade, editou o *Jornal do Comércio* (que adquirira em 1897) e fundou, em 1912, o *Diário Mercantil*. Em 1902, promoveu uma reunião das classes produtoras mineiras em Juiz de Fora, o primeiro evento do gênero no estado. Seus laços pessoais com os Tostes e com o grupo Assis-Penido (controlador da pioneira Companhia Mineira de Eletricidade e de outros interesses) se desdobravam em uma espécie de integração com o mundo empresarial, sobretudo o cafeicultor, que constituiu uma das marcas principais de sua ação e de seu discurso político.<sup>47</sup>

Wirth chama a atenção para o fato de que "alguns dos chefes mais proeminentes do PRM dividiam seu tempo entre a prática legal, administração de fazendas e gerência de bancos e pequenas fábricas".<sup>48</sup> Com efeito, o vínculo com atividades privadas a nível municipal ou micro-regional não era de modo algum raro entre os membros da elite política. Wenceslau Braz, por exemplo, presidia o Banco de Itajubá, a Companhia Industrial Sul-Mineira e uma fábrica de tecidos. Artur Bernardes foi proprietário de uma usina de açúcar em Ponte Nova, próximo a Viçosa, sua base eleitoral.

Há pelo menos um caso - clássico - em que a relação elite política/empresariado se refletiu em uma visão "moderna" de governo. Foi a gestão João Pinheiro no governo de Minas (1906-1908), momento de desenvolvimentismo por antecipação. Pinheiro, ele próprio um industrial de projeção (que presidira o I Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903) tinha a secundá-lo, como Secretário do Interior e das Finanças, Carvalho Brito, que foi um grande empresário mineiro.<sup>49</sup>

Um conhecimento mais profundo do raio de ação da oligarquia permitirá avaliar melhor as interpretações existentes e definir a natureza do vínculo Estado/interesses privados, particularmente sob a Primeira República, sobre a qual estamos comentando.

Dissemos atrás que uma parte do empresariado formou-se fora dos quadros da oligarquia tradicional. Em linhas gerais, tratava-se de membros da classe média que, através de qualificação técnica superior, ingressavam na iniciativa privada. Talvez a maior parte do que designamos por tecno-empresários tenha também essa origem.

46. WIRTH, *op. cit.*, pp. 220-222.

47. Sobre a atuação de Antônio Carlos em Juiz de Fora, v. Paulino de Oliveira, *História de Juiz de Fora (Juiz de Fora: Cia. Dias Cardoso), 1953.*

48. WIRTH, *op. cit.*, p. 183.

49. Carvalho Brito dirigiu o Banco do Comércio, a Cia. de Artefatos de Borracha e Pneus do Brasil, a Cia. Industrial Sabarense e a Cia. de Tecidos Leste de Minas. Foi também diretor do Banco do Brasil. Tendo apoiado a candidatura de Júlio Prestes em 1930, contra a maciça maioria da elite mineira, afastou-se da política até falecer em 1952.

Para melhor compreender o fenômeno, convém localizar a sua relação com o sistema de formação de quadros superiores desenvolvido prematuramente em Minas.

Um dos aspectos mais interessantes no estudo das elites mineiras é o da constituição de uma série de estabelecimentos de ensino cuja influência muito tem a ver com a tipologia de empresários e tecno-empresários que esboçamos em seção anterior. Diversos autores têm acentuado a perspectiva iluminista com que se procurou em Minas vencer os obstáculos ao "progresso" através da ciência e da técnica. Esse aspecto é discutido por Carrato a propósito do Caraça, por José Murilo de Carvalho a propósito da Escola de Minas de Ouro Preto e por Fernando Corrêa Dias ao estudar a criação da Universidade de Minas Gerais<sup>50</sup> As políticas de ensino fundamental de João Pinheiro e de Antônio Carlos também podem ser vistas sob esse ângulo. O primeiro, em especial, positivista convicto, deu grande ênfase à questão do ensino técnico e profissional como requisito para o progresso.

Com referência ao nosso objeto, o primeiro estabelecimento a ser indicado é a Escola de Minas de Ouro Preto, criada em 1875. Essa escola exerceu grande influência na formulação de objetivos desenvolvimentistas a nível nacional, através da ação de engenheiros por ela formados, sobretudo no campo da política mineral. Essa influência foi mais sensível do começo do século até os anos 40. Além disso, ela contribuiu para forjar um senso de valorização da ciência e da técnica, um apreço pela competência, que eram ainda raros no ambiente bacharelesco do Império e da Primeira República. Nesse sentido, a influência da Escola de Minas foi sobretudo ideológica, de desafio à mentalidade reinante no âmbito das elites. Da Escola saíram muitas personalidades de peso nacional. Para ficarmos nos exemplos mineiros, ali se graduaram Américo Giannetti, Amaro Lanari, Euvaldo Lodi, Israel Pinheiro, Francisco Sá, Pandiá Calógeras (este um não-mineiro radicado em Minas a partir de sua estadia em Ouro Preto). Em nossa tipologia, anteriormente apresentada, corresponde bem às características da Escola o tipo do político modernizante representado por Israel Pinheiro, assim como o do empresário atuante no setor público (o tecnoempresário de primeira geração), como Giannetti.

A criação da Escola antecedeu de certo modo a existência de um mercado de trabalho para os seus graduados, como mostra Carvalho.<sup>51</sup> A Engenharia, por outro lado, não era o canal mais valorizado de formação das elites. Este era por excelência o Direito. Isso explica um pouco do papel da Escola de Minas - assim como de outros centros eminentemente técnicos - na preparação de uma camada emergente de administradores não originários da oligarquia tradicional. Uma parcela relativamente grande de graduados, por sua vez, se dirigia para o setor privado. E dentre estes diversos se tornaram empresários em seu setor de especialização.<sup>52</sup> A siderurgia, tanto a privada quanto a estatal, desenvolveu-se ao longo do século com o concurso dos engenheiros formados em Ouro Preto.

<sup>50</sup> CARRATO, José Ferreira. *Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras* (São Paulo: Nacional), 1968; CARVALHO, José Murilo de, *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória* (São Paulo: Nacional/FINEP), 1978. Fernando Corrêa Dias apresentou no 8º Encontro Anual da ANPOCS (1984) dois trabalhos relativos a esse tema; um sobre João Pinheiro e o ensino, outro sobre os fundamentos da criação da Universidade de Minas Gerais.

<sup>51</sup> CARVALHO, José Murilo de., *op. cit.*, pp. 48 ss.

<sup>52</sup> *Ib.*, *ib.*, pp. 98-104.

No início do século XX foram criadas outras escolas de engenharia em Minas: a de Belo Horizonte, em 1911; a de Juiz de Fora, em 1913; o Instituto Eletrotécnico de Itajubá, também em 1913. Sua inspiração era a mesma, ou seja, criar condições para o crescimento econômico através da formação de quadros superiores. Não por acaso, essas escolas se localizavam em centros dinâmicos da economia mineira (ao contrário de Ouro Preto). A Escola de Engenharia de Belo Horizonte sucedeu à Escola de Minas de Ouro Preto, a partir de certa época, como principal núcleo gerador do tecno-empresariado mineiro. Os técnicos e empresários mais ativos nos anos 50 foram em sua maior parte ali formados, a exemplo dos que constituíram a CEMIG e dos que se engajaram no programa de expansão rodoviária de Kubitschek.

Outra área muito enfatizada, dentro da perspectiva iluminista/positivista que prevaleceu em Minas, foi a do ensino agrícola, uma vez que o estado era eminentemente agrícola e ainda tem na agropecuária uma atividade econômica fundamental. Criaram-se ao longo do tempo escolas agrícolas de nível médio (Florestal, Barbacena, Rio Pomba, etc.), mas a grande iniciativa nesse sentido foi a fundação da Escola Superior de Agricultura de Viçosa, em 1922. Essa escola desempenhou em sua área papel similar à de Ouro Preto no campo da engenharia de minas e metalurgia. Mais tarde surgiu a Escola Superior de Agricultura de Lavras. De ambas, porém sobretudo da de Viçosa, foi emergindo o tecno-empresariado no campo da agropecuária, ativo em empresas rurais, na administração estadual e em organismos estatais diversos.

Coube aos engenheiros a primazia da arrancada modernizante, e em Minas isso ocorreu, primeiro através dos de Ouro Preto, depois principalmente através dos de Belo Horizonte. Porém, desde o final dos anos 50, a presença dos economistas se faz sentir. Para tanto, foi relevante a influência da Faculdade de Ciências Econômicas da U.M.G. como núcleo formador dos quadros tecno-empresariais de uma fase mais recente, dos anos 60 em diante. De seu corpo docente nasceu a direção do Banco de Desenvolvimento e diversos de seus professores transformaram-se em tecno-empresários. Após 1964, o treinamento em Economia e Administração de Empresas confere grande prestígio para o acesso às posições tecno-empresariais. As elites se diversificam ainda mais para abranger esses quadros emergentes, detentores de conhecimentos que adquirem enorme reputação com a mudança de regime.

A reconstituição desse processo de organização sucessiva de centros de formação técnica e profissional em Minas nos auxilia a compreender tanto a diversidade de origem do empresariado e do tecno-empresariado (pois esses centros foram ao mesmo tempo formadores da elite tradicional e núcleos de mobilidade social para as classes médias) quanto a substância e natureza da preparação das elites modernizantes através do tempo.

NOTA FINAL

Este trabalho constitui uma tentativa de explorar o tema da relação empresariado/política a partir da experiência mineira. Procuramos reunir evidências em favor da idéia de que a referida relação precisa ser considerada como um dos elementos importantes na análise da política estadual. Por outro lado, buscamos tematizar o assunto de forma a ressaltar certos aspectos dessa problemática que nos parecem merecedores de atenção. O primeiro diz respeito à presença empresarial no governo, frequentemente em cargos de primeiro escalão da área econômica. O segundo relaciona-se com a polivalência das elites: vimos como é diversificado o intercâmbio de

funções e papéis empresariais, políticos e "técnicos", configurando uma extensa interface entre os setores público e privado. O terceiro é a conexão empresariado/partidos políticos, observável sobretudo nas fases de jogo político aberto, pluralista. O quarto aspecto refere-se à organização interna da classe empresarial através do tempo. O quinto, finalmente, tem a ver com a influência de centros formadores de quadros e de estilos de pensamento da elite tecno-empresarial.

Esses diversos pontos podem ser tomados como sugestões para uma investigação mais profunda do tema. Tratando-se de assunto amplamente debatido, que admite várias interpretações, somente através do esforço de pesquisa sistemática alcançaremos uma perspectiva mais clara que nos permita formar juízos sobre os pontos controvertidos. É no sentido de contribuir para esse esforço que o presente texto se apresenta à leitura crítica de todos os interessados.

## FONTES

Para o levantamento biográfico da elite, além das obras específicas mencionadas nas notas, foram utilizados:

- *Centro de Estudos Mineiros da UFMG, Dicionário Biográfico de Minas Gerais (Período Republicano), no prelo;*
- *Israel Beloch & Alzira Alves de Abreu (coord.), Dicionário Histórico-Biográfico: 1930-1983 ((Rio: Forense-Universitária), 1984.*

Universidade Federal  
de Minas Gerais  
Faculdade de Filosofia  
e Ciências Humanas  
Departamento de História  
e Ciência Política  
Av. Antônio Carlos 6627  
Caixa Postal - 253  
CEP - 31270  
Belo Horizonte, MG

